



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 12

QUINTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1991

BRASÍLIA _ DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA, EM 30 DE JANEIRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Homenagem ao Deputado Ulysses Guimarães.

DEPUTADO NILSON GIBSON — Criação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA).

DEPUTADO ADYLSO MOTA — Requerimentos de votação nominal de matérias apresentadas por S. Exª

SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Adylson Motta.

DEPUTADO FRANCISCO KUSTER — Artigo do Prof. Fábio Konder Comparato, intitulado "Para que o Brasil ganhe a Guerra".

DEPUTADO PAULO RAMOS — Extinção de agências do Banco do Brasil. Protestos contra o projeto de privatização do Governo.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Artigo publicado no *Correio Braziliense* de hoje, de sua autoria, sob o título "Medicamento ou droga de abuso?".

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES — I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO ALOÍSIO VASCONCELOS — Obstrução da pauta do Con-

gresso Nacional pelos partidos de apoio ao Governo. Apelo no sentido da realização de leilão para imóveis funcionais, disponíveis pela desistência de seus ocupantes.

DEPUTADO CÉLIO DE CASTRO — Noticiário da televisão inglesa mostrando o extermínio de crianças em nosso País.

DEPUTADO MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA — Desnacionalização da economia brasileira.

DEPUTADO JÚLIO PEREIRA — Guerra no Golfo Pérsico.

DEPUTADO HAROLD LIMA — Denúncias da revista *The Spotlight*, de Washington, sobre suborno norte-americano na votação da resolução da ONU, que permite o uso da força no Iraque.

DEPUTADO FERNANDO SANTANA — Guerra no Golfo Pérsico.

DEPUTADO OSVALDO BENDER — Guerra no Golfo Pérsico.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — Guerra no Golfo Pérsico

DEPUTADA SANDRA CAVALCANTI — Guerra no Golfo Pérsico. Protestos contra declarações do Ministro da Saúde, anunciando possível intervenção no Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ COSTA — Carta de S. Exª em resposta a artigo do *Jornal de Brasília* de hoje, intitulado "Os não eleitos querem emprego".

DEPUTADO OSMIR LIMA — Convide da diretoria do Banco do Brasil aos parlamentares para tratar da reforma daquele banco.

DEPUTADO FÁBIO RAUNHEITTI — Reconhecimento da Universidade de Nova Iguaçu — UNIG. Homenagem ao Prof. Fernando Affonso Gay da Fonseca, no momento em que deixa a Presidência do Conselho Federal de Educação.

DEPUTADO OCTÁVIO ELÍSIO — Fechamento de agências e postos de serviço do Banco do Brasil.

DEPUTADO CÉSAR MAIA — Comentários sobre a execução do Orçamento Monetário.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento de esclarecimentos da Comissão Mista de Orçamento sobre denúncias de irregularidade no projeto de lei orçamentária, feitas pelos Deputados Gumerindo Milhomem, João Paulo e Irma Passoni.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 292, de 3 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 31, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2 200-exemplares.

Ata da 12ª Sessão Conjunta, em 30 de janeiro de 1991

3ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Iram Saraiva

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — Oziel Carneiro — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana Neto — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Hydelkel Freitas — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Mata-Machado — Alfredo Campos — Ronan Tito — Maurício Corrêa — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Antônio Alves — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — José Paulo Bisol — José Fogaça.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Francisco Diógenes — PDS; Geraldo Flemining — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Nasser Almeida — PDS; Osmir Lima — PMDB; Rubem Brinquinho — PL.

Amazonas

Bernardo Cabral — S/P; Beth Azize — PDT; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra —

PMDB; José Fernandes — PST; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PTR; Chagas Neto — PTB; Francisco Sales — PRN; José Guedes — PSDB; Rita Furtado — PFL

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Jorge Arbage — PDS.

Tocantins

Ary Valadão — PDS; Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Leomar Quintanilha — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PFL; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; Jayme Santana — PSDB; José Carlos Sabóia — PSB; Onofre Correa — PMDB; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PDT.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Myriam Portella — PSDB; Paes Landim — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; César Cals Neto — PSD; Etevaldo

Nogueira — PFL; Expedito Machado — PST; Flavio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Lúcia Alcântara — PDT; Mauro Sampaio — PSDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PDT; Osmundo Rebouças — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara —* PRN; Flávio Rocha — PRN; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PST; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Agassiz Almeida — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Francisco Rolim — PSC; João Agripino — PRN; José Maranhão — PMDB; Lucia Braga — PDT.

Pernambuco

Artur Lima Cavalcanti — S/P; Egídio Ferreira Lima — PSDB; Gonzaga Patriota — PDT; Horácio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PRN; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuzza — PFL; Roberto Freire — PCB; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; José Costa — PSDB; Roberto Torres — PTB.

Sergipe

Bosco França — PMDB; Cleonânio Fonseca — PRN; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Domingos Leonelli — PSB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PDT; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Uldurico Pinto — PSB; Virgildásio de Senna — PSDB.

Espírito Santo

Jones Santos Neves — PL; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Stelio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PFL; Anna Maria Rattes — PSDB; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; César Maia — PDT; Clímério Velloso — PMDB; Daso Coimbra — PRN; Edmilson Valentim — PC do B; Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Flavio Palmier da Veiga — PRN; Francisco Dornelles — PFL; Jayme Campos — PRN; Jorge Gama — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysáneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PDT; Miro Teixeira — PDT; Osmar Leitão — PFL; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT; Roberto Augusto — PTB; Rubem Medina — PRN; Sandra Cavalcanti — PFL; Sérgio Carvalho — PDT; Simão Sessim — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Aluísio Vasconcelos — PMDB; Álvaro Antônio — PRS; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Carlos Mosconi — PSDB; Célio de Castro — PSB; Chico Humberto — PST; Christóvam Chiradia — PFL; Elhas Murad — PSDB; Genésio Bernardino — PMDB; Gil Cesar — PMDB; Hélio Costa — PRN; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; José da Conceição — PRS; José Geraldo — PL; José Santana de Vasconcellos — PFL; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone —

PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PL; Mauro Campos — PSDB; Octávio Elísio — PSDB; Paulo Delgado — PT; Ramundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PRS; Ronaldo Carvalho — PSDB; Ronaro Corrêa — PFL; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Virgílio Guimarães — PT

São Paulo

Afif Domingos — PL; Airton Sandoval — PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB; Antônio Perosa — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Arnaldo Faria de Sá — PRN; Cardoso Alves — PTB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Fábio Feldmann — PSDB; Farabulini Júnior — PTB; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gumerindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PSB; João Rezek — PMDB; José Carlos Grecco — PSDB; José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; Koyu Iha — PSDB; Leonel Júlio — PT do B; Luiz Eduardo Greenhalgh — PT; Luiz Gushiken — PT; Maluly Neto — PFL; Mendes Botelho — PTB; Nelson Seixas — PSDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Tarzan de Castro — PDT.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Eurides Brito — PFL; Francisco Carneiro — PTR; Geraldo Campos — PSDB; Geraldo Maciel — PFL; Marco Antonio Campanella — PMDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Antero de Barros — PT; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Campos — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PDS.

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo — PMDB; José Elias — PTB; Levy Dias — PST; Plínio Martins — PSDB; Rosário Congro Neto — PSDB; Saulo Queiroz — PSDB; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Alarico Abib — PMDB; Antônio Ueno — PFL; Basilio Villani — PRN; Borges da Silveira — PDC; Euclides Scalco — PSDB; Hélio Duque — PDT; José Tavares — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Mattos Leão — PMDB; Maurício Fruet — PSDB; Max Rosenmann — PRN; Nilton Friedrich — PDT; Nilso Sguarezi — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PRN; Santinho Furtado — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Waldyr Pugliesi — PMDB.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Cláudio Ávila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Renato Vianna — PMDB; Victor Fontana — PFL.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PSDB; Tarso Genro — PT; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PRN; Julio Pereira — PDT; Raquel Capiberibe — PSB.

Roraima

Chagas Duarte — PDT; Julio Martins — PTB; Marluce Pinto — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 344 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a imprensa escrita e falada vem noticiando com destaque o que seria uma séria injustiça que se pratica contra o ilibado e notável homem público, Deputado Ulysses

Guimarães, que já chegou a ocupar quatro posições de mandatário, em posições de destaque.

Hoje, vem S. Ex^a sofrendo críticas, justamente daqueles que teriam crescido à sombra de tão frondosa árvore. E os jornais publicam — estou autorizado a falar assim, porque no passado muitas vezes combati com o Dr. Ulysses Guimarães, esse nobre Líder, o combate do anão contra o gigante, sendo S. Ex^a o gigante —, os jornais publicam que o Dr. Ulysses fez por merecer, pois quem cria serpenteário à revelia das leis dos homens, quem abriga na sua sombra, ou no seu seio, somente aquele que quer, em detrimento de outros homens, mulheres, militantes políticos, e os faz crescer, muitas vezes à custa do sacrifício dos seus próprios companheiros, não pode, mesmo em propecta idade, reclamar da ingratidão que parece ser marca registrada nesta atividade.

Tenho a impressão de que os políticos só se lembram de criticar o povo quando perdem, de criticar os seus seguidores quando deixam de ser seguidos, mas enquanto são votados, enquanto são seguidos e reverenciados, esquecem-se de algo que se chama justiça para todos. O Dr. Ulysses Guimarães, na condução do partido, onde se destacou inclusive na luta contra a ditadura, mereceu todo o nosso aplauso, todo o nosso companheirismo. Quando o partido chegou ao poder — foi aí o começo do seu esvaziamento — tivemos a figura ingrata do Sr. Franco Montoro em São Paulo, começando a derrota do PMDB naquele estado, porque o Sr. Franco Montoro não abandonava a idéia de massacrar o Sr. Orestes Quércia, uma liderança ascendente. E continua sendo, da mesma forma, o Sr. Ulysses Guimarães, depois que o poder chegou às mãos do PMDB, resolveu colocar um cercado, plantar pereiras para o seu **poire**, para uma meia dúzia de homens que, com raras exceções, hoje o abandonavam. Quem bebeu **poire** em determinada época, que se queixe àqueles com quem bebeu e não à coletividade, porque a maioria dos parlamentares, a maioria dos liderados do Sr. Ulysses Guimarães sofreu simplesmente um esquecimento, pelo esvaziamento do PMDB.

Por isso estou à vontade para dizer que político não se deve permitir chorar, político não deve permitir nem sequer que chorem por ele, porque, na verdade, o político conquista, mantém as suas posições, e, quando as perde, simplesmente deve olhar para trás e investigar por que as perdeu.

Sr. Presidente, Ulysses Guimarães merece todo o respeito desta Nação, merece os aplausos por muitas das suas atitudes, mas, como condutor do partido e como condutor da Casa, da Câmara dos Deputados, muitas vezes, na Constituinte, beneficiou algumas nulidades que cresceram à sua sombra. Quem criou cobra que agora aproveite o seu veneno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, anunciou o Ministro Antonio Cabrera a criação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, (Procera), que vai destinar Cr\$ 2,7 bilhões, a curto prazo, para 130 projetos de reforma agrária, o que deve beneficiar mais de 103 mil trabalhadores rurais assentados no ano passado, recursos esses que serão usados como crédito para custeio e investimentos nas áreas de assentamento dos trabalhadores. Até dezembro o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária vai aplicar mais de Cr\$ 6 bilhões de dotações orçamentárias no programa. É conveniente frisar que a Comissão de Orçamento foi sensível ao apelo do ministério e atendeu ao pleito, aprovando a verba a ser transferida pelo Incra e de saldos de transferência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros agentes financeiros.

A utilização dos recursos será definida por uma comissão integrada pelo ministério e os trabalhadores, em cada estado. Ao receber o financiamento, o trabalhador rural pagará juros de 3% ao ano, mais 50% da correção monetária. Para o custeio o prazo do empréstimo será de dois anos, sem carência. O crédito para investimento tem prazo de cinco anos para aplicações semifixas, como a compra de reprodutores e de sete anos para outros investimentos. Nos dois casos, o prazo de carência será de dois anos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Ministro Antonio Cabrera informou que até o dia 10 de fevereiro estará enviando ao Congresso Nacional projeto de lei propondo a redução de impostos dos produtos que integram a cesta básica, isto é, milho, arroz, mandioca e feijão, e ainda está tentando convencer os Governadores a isentarem esses produtos da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O Ministro Antonio Cabrera deseja acabar com o sistema de votação por unanimidade do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), que reúne os secretários da Fazenda dos Estados, pelo qual qualquer resolução deve ter a aprovação de todos os secretários, o que permite a um único representante derrubar uma medida aprovada pela maioria.

Realmente, agora, o Governo Federal demonstrou disposição em apresentar um projeto global para reforma agrária ou, no mínimo, dar continuidade aos projetos anteriores.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, parabenizando o ilustre Ministro Antonio Cabrera pela criação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), que vai efetivamente beneficiar os trabalhadores rurais do País. O importante a destacar é que no Brasil há imensos espaços para quem deseja plantar com seriedade, assumindo riscos normais de quem se dedica às práticas da produção. Solo em regime nitidamente vendedor, água com oferta regular, de parte do clima e abundância de solarização compõem o triângulo básico para o desenvolvimento de um programa de pro-

dução agrícola razoável, desde que complementado com a vontade de trabalhar, o desejo de produzir e a certeza de que é no campo que a atividade econômica ainda oferece as melhores alternativas para crescer e prosperar. É nesse rumo que precisamos caminhar e nessa direção que o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária está convocando aqueles que se querem entregar às atividades do cultivo tendo a terra como oficina de trabalho. O País possui uma excelente e vasta região para quem deseja trabalhar sem se incomodar com as mãos calejadas e os renovados desafios que os ofícios da produção rural colocam diariamente à sua frente. O Ministro Antonio Cabrera está no rumo correto. Parabéns.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex^a sabe do imenso apreço que tenho pela sua pessoa. Considerando-o um homem íntegro, um político com uma grande folha de serviços prestados ao nosso País, e, por isso mesmo, altamente homenageado em várias referências aqui. Mas isso não me tira o direito de fazer algumas colocações sobre o que tenho verificado quanto à conduta da Mesa em relação aos trabalhos do Congresso Nacional. E se faço isso é porque sou um deputado preocupado com a imagem desta Casa. O que se tem verificado nas sessões extraordinárias, aqui, muito deixa a desejar, e eu não ficaria em paz comigo mesmo se não fizesse pelo menos este registro.

Quando foi convocada a sessão extraordinária, eu, preocupado com o **quorum** significativo na Casa, algo que vem somar em favor da instituição, apresentei cinco requerimentos, para que todas as medidas provisórias fossem votadas nominalmente. Como não tenho força para apresentar esses requerimentos, tive o endosso do Líder do meu partido, Deputado Amaral Netto.

Foi votado o primeiro requerimento e foi feita a votação nominal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Foi votado o segundo requerimento, com votação também nas duas Casas do Congresso, com um **quorum** de quatrocentos e tantos deputados e senadores.

O terceiro requerimento, Sr. Presidente, foi perdido pela Mesa, mas justifica-se, porque V. Ex^a, num gesto de humildade, confessou que se havia esquecido de colocá-lo em votação. Foi votado, então, simbolicamente. V. Ex^a quis voltar e anular a votação e eu acedi que se desse validade ao processo nominal.

Quando foi votada a segunda medida provisória, V. Ex^a votou o principal e me consultou sobre os acessórios, as medidas derivadas do principal, ou seja, os destaques. Concor-

dei que se votasse apenas o principal e as outras, então, seguissem o processo nominal, mais por concordância do autor do requerimento. Feito isso, veio a quarta medida, e o Senador Fernando Henrique Cardoso levantou uma questão de ordem, no sentido de haver votação nominal apenas na Câmara dos Deputados, porque eu, deputado, não tinha poder para impor votação no Senado Federal, com o que discordo, Sr. Presidente. Na hora em que apresentei a proposta, o fiz em relação à Casa, porque, quando o Congresso Nacional se reúne, é um único órgão que apenas se divide no processo de votação, Câmara e Senado, mas, é uma Casa só. As regras são únicas. Não aceitei aquela decisão, e quero deixar registrado aqui, até para que futuramente se consulte a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para que se veja qual é realmente a atitude legal, correta.

Na quinta votação já se voltou atrás. O requerimento valeria para as duas Casas do Congresso Nacional. É a minha primeira inconformidade. Ou é uma coisa ou é outra. O que não pode é, a cada sessão, uma conduta diferente.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quando pedi votação nominal, pedi para a matéria toda, o conjunto, seja medida provisória. Se vier um projeto de lei de conversão, valerá também para o projeto de conversão, e se houver destaques, estarão incluídos. Pedi para o conjunto e não apenas para a metade da proposta. Aqui foi feita a votação do principal pelo processo nominal e simbolicamente para as demais.

É outro ponto que deixo aqui registrado, para que futuramente a Mesa do Senado consulte e tome a atitude que seja uniforme em relação a esses casos.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, quando uma sessão é interrompida — este é um ponto de vista meu, determinado pelo raciocínio, pela lógica e pelo bom senso — ela tem que recomeçar exatamente no ponto em que foi interrompida. Estávamos votando a medida provisória na penúltima sessão e ela foi interrompida na sexta-feira por falta de **quorum**. Como já havia sido aprovado um requerimento, determinando a votação nominal, tinha que ser recomeçada a sessão exatamente votando e obedecendo as decisões já havidas. Era o caso do requerimento que apresentei. Na verdade, ontem, votou-se novo requerimento, inclusive pretendendo-se inverter a pauta da votação.

São registrados, Sr. Presidente, que talvez para V. Ex^a, que está deixando a Presidência da Casa, não tenham maior importância, mas para mim, que gosto de ter coerência nas minhas atitudes, é muito importante, até porque, se não houver uma manifestação, vou fazer por escrito à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não podemos ficar aqui ao sabor de improvisações, de medidas diferentes para casos semelhantes. Se digo isso, Sr. Presidente, é para colaborar com a Mesa.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa agradece a colaboração de V. Ex^a mas, ainda ontem, decidiu que o requerimento feito por um Deputado, para votação nominal, não se confunde com requerimento de verificação para votação. Um Deputado ou Senador podem, ambos, pedir a votação nominal para as duas Casas, mas a verificação de uma Casa não importa no pedido de verificação para a outra Casa.

Os outros reparos, V. Ex^a os faz querendo colaborar com o andamento da sessão. De modo que a Mesa recolhe as críticas de V. Ex^a, para apreciá-las.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PSDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, despedir-me não sei se definitiva ou temporariamente, desta Casa, deixo aqui registrada, a exemplo do que sempre fiz, uma preocupação muito grande com o futuro desta Instituição alicerce da democracia, o Congresso Nacional, as duas Casas — Câmara e Senado. Principalmente quando o Poder todo-poderoso, que é o Executivo, insiste numa estratégia perversa, burra e desumana de uma política econômica equivocada que atinge recordes de ineditismo, que tem, ao mesmo tempo, algumas tragédias que infelicitem a vida do brasileiro, tais como recessão, que é o desemprego, inflação e arrocho salarial. São três desgraças que só no Brasil acontecem.

Os comentários que pretendia fazer não são a respeito dessa situação. Aproveito a oportunidade para registrar, para deixar consignado nos Anais desta Casa um artigo da lavra do Prof. Fábio Konder Comparato, uma das ilustres figuras do mundo jurídico deste País:

**“PARA QUE O BRASIL
GANHE A GUERRA
Fábio Konder Comparato**

O conflito do Golfo Pérsico tem desviado a nossa atenção de uma outra guerra mais insidiosa, travada desde há muito em nosso País, e na qual temos sido fragorosamente derrotados: a guerra contra a miséria e o subdesenvolvimento.

O número de baixas que vimos sofrendo é debilmente sugerido pelas estatísticas macroeconômicas. Durante os dez anos transcorridos entre 1981 e 1990, o PIB brasileiro **per capita** decresceu 5,5%. Por trás desse algarismo, perfilam-se a desnutrição aguda, a devastadora mortalidade infantil, as endemias recorrentes, a deseducação em massa, o abandono de milhões de crianças e adolescentes à miséria das ruas e dos prostíbulos; enfim, como coramento desses horrores, a sustentação de um sistema político em que as massas elegem a aclamam os mais vis, para que estes realmente a miséria popular e conti-

nuem a drogar o povo com suas emissoras de rádio e canais de televisão.

Na guerra civil brasileira, a tragédia consiste em que os poucos combatentes pela dignidade humana têm usado a estratégia errada e as armas inadequadas. Quando é que nos daremos conta de que a reversão de força só começará com a reforma das instituições estatais?

Nenhum plano de governo — oficial ou paralelo —, por mais bem elaborado e aplicado que seja, jamais terá êxito, enquanto a organização dos poderes públicos permanecer vinculada a um modelo constitucional de há muito exaurido e ultrapassado. Continuamos desprovidos de um órgão especificamente encarregado de desenvolver as políticas a longo prazo. E sem políticas a longo prazo — sobretudo no setor energético, na infraestrutura de transportes e comunicações, na educação de base, na saúde pública, na pesquisa tecnológica — não há desenvolvimento.

O Congresso Nacional não é, obviamente, esse órgão. Seguindo o modelo constitucional clássico, ele tem a dupla incumbência de votar e fiscalizar o Executivo — incumbência essa que ele exerce sofrivelmente, como ninguém ignora. O Legislativo, em país algum, foi concebido e estruturado para elaborar programas de ação. No Brasil, além do mais, o Congresso tem sido, tradicionalmente e com raríssimas exceções individuais, um aglomerado de intermediários de favores do Governo e verbas públicas para as bases eleitorais. A última escandalosa votação do Orçamento da União veio confirmar superabundante esse fato, se ainda houvesse necessidade de demonstrá-lo.

Com isto, no esquema do constitucionalismo clássico, a elaboração e implementação de políticas a longo prazo recai, inevitavelmente, na órbita do Executivo. Acontece que ação deste, entre nós, é antes de tudo limitada pela duração do mandato presidencial; vale dizer, nenhum presidente dá prosseguimento a programas de governos anteriores nem lança novos com duração superior a cinco anos. Ademais, o Executivo é, por essência, o órgão encarregado de administrar as medidas de conjuntura. Ora, a assunção pelo mesmo órgão estatal dessas duas incumbências provoca fatalmente, nos momentos de crise ou de forte pressão popular, o sacrifício das políticas a longo prazo às medidas de conjuntura.

A ilustração dessa verdade é claramente dada, entre nós, com os planos governamentais para controlar a inflação. Convivemos ininterruptamente com ela há 50 anos. A minha geração e as que a sucederam jamais conheceram uma situação de estabilidade monetária. Só mesmo um idiota é incapaz de perceber que a inflação não é nem pode ser,

entre nós, um problema de conjuntura, mas que está intimamente ligada à estrutura de repartição de rendas entre as diferentes classes sociais, regiões geoeconômicas ou setores produtivos. Ora, uma política de repartição de rendas, alterando fundamente a estrutura social do País, não pode ser implementada a curto prazo. No entanto, todas as medidas antiinflacionárias que temos aplicado há meio século — sejam elas monetárias, fiscais ou creditícias — são conjunturais e, por isso mesmo, só tiveram êxito em países desenvolvidos, nos quais a inflação é, de fato, um problema de conjuntura.

O problema institucional brasileiro situa-se em nível mais profundo que o da singela alternativa presidencialismo-parlamentarismo, na qual é frequentemente enquadrado; pois nenhum desses sistemas de governo responde às exigências de uma política programada a longo prazo.

O órgão constitucional de elaboração e implementação de políticas estruturais deve ser distinto e independente, tanto do Governo quanto do Legislativo. Este deve ser chamado a votar os grandes objetivos das políticas públicas e nunca a distribuição miúda de verbas. E a iniciativa do Executivo, despojado de sua prerrogativa imperial (frequentemente acanhada, de resto), há de limitar-se à administração das medidas de conjuntura, onde aliás o atual Governo brilha pela incompetência.

Para superar-se a tecnocracia e o populismo, é indispensável incorporar ao órgão estatal de programação um amplo conselho de representantes diretos dos diferentes setores econômicos e agentes de produção, sem a intermediação artificial e viciosa de Deputados e Senadores.

Enfim, para acabar com uma guerra invisível mas extremamente cruenta, que se arrasta há décadas e nos tem custado milhões de vidas humanas, é preciso ter a coragem e a ambição de renovar integralmente a estratégia e as armas de combate.

Este deve ser o objetivo do verdadeiro entendimento nacional.

Fábio Konder Comparato, 54, advogado, doutor pela Universidade de Paris, é professor titular da Faculdade de Direito da USP e autor de "Para Viver a Democracia."

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT— RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no momento em que alguns setores do Governo, mesmo timidamente, começam a reconhecer que o chamado Plano Brasil Novo

está fracassando, não alcançou os resultados, pelos menos os desejados pela equipe econômica, o ideal seria que essas vozes pondeassem junto ao Governo Federal para uma revisão completa de um projeto que vem levando o povo brasileiro a uma amargura muito maior do que as amarguras já sofridas pelo nosso povo. A recessão, o desemprego e o arrocho salarial são os sintomas de uma pré-convulsão social, e cabe ao Chefe do Executivo fazer tudo para evitá-la.

Entre as mazelas levadas a efeito por este Governo, vou ater-me simplesmente a duas, juntando a minha voz àquelas que se estão levantando nesta Casa. Primeiro, em relação ao Banco do Brasil.

Não é possível que um Governo responsável e que se pretenda respeitado procure transformar o Banco do Brasil num banco comercial, em igualdade de condições com os demais bancos, a não ser que este Governo pretenda criar condições para a sua privatização.

O Banco do Brasil precisa ter lucros, mas ele é, acima de tudo, um banco social, não se justificando, portanto, a extinção de suas agências, localizadas em inúmeros municípios, onde a população só dispõe desse banco. Não é possível que o Governo retire do Banco do Brasil a exclusividade do câmbio para as empresas estatais. É preciso denunciar o que o Governo Federal fez com o Banco do Brasil, permitindo que as empresas públicas estatais fechassem o câmbio bancário das iniciativas privadas. Foi uma espécie de crime de lesa-pátria, porque retirou do Banco do Brasil um papel importante, que equilibrava com recursos e dava a perspectiva de continuar sendo um banco social.

Além do mais, abriu as portas para uma competição que vai fomentar a mais grossa corrupção. Daqui a alguns dias — isso vai acontecer — é possível prever: um presidente da Petrobrás vai escolher um banco privado para fechar o câmbio. Qual banco vai escolher? De quanto será a comissão? É possível fazer esta previsão. Além de ter impetrado este ato, o Presidente da República ainda pretende fechar inúmeras agências e despedir funcionários.

Fica aqui o meu protesto quanto às iniciativas do Presidente da República e de sua equipe econômica em relação ao Banco do Brasil.

Fica, ainda, mais um protesto, Sr. Presidente, que se prende a esse projeto de privatização. Não é possível que não estejamos a par de que os grupos econômicos que vão comprar o nosso ramo siderúrgico são estrangeiros, porque não existe capital nacional para a preservação desse patrimônio, senão na iniciativa privada, pelo menos na iniciativa privada nacional.

Existe muito mais. Já surgem vozes, até da Oposição, defendendo que o Governo escancare ainda mais as portas da nossa economia ao capital estrangeiro!

É preciso que os Congressistas, que vão assumir o seu mandato a partir do dia 1º,

tenham pelo menos no bem do País. Que haja divergência quanto à presença do Estado na economia, mas que não haja divergência quanto à internacionalização ainda maior da nossa economia. Que os representantes do povo brasileiro, com assento no Congresso Nacional, saibam o que significa o amor à Pátria e a sua defesa e digam não ao entreguismo e à mudança do modelo econômico ainda por essa equipe econômica, que o povo brasileiro ainda terá que aturar por mais quatro anos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Colegas Congressistas, o jornal *Correio Braziliense* publica hoje, em sua pág. 7, primeiro caderno, um artigo de nossa autoria, cujo texto quero registrar nos Anais desta Casa. Não por ser de minha autoria, mas pelo tema que o artigo ventila. É o seguinte:

MEDICAMENTO OU DROGA DE ABUSO?

José Elias Murad

No início da década de 80, laboratórios farmacêuticos internacionais lançaram no mercado um novo antitussígeno de síntese (obtido no laboratório), o **Zipeprol**. A época dizia-se que o produto era desprovido de propriedades tóxicas, não levando ao abuso ou à dependência.

Entretanto, pouco tempo após o seu lançamento no mercado farmacêutico brasileiro com os nomes de **Eritós** (Searle) e **Tussiflex** (Pravaz-Abbott), começamos a atender, principalmente no "Centro de Orientação sobre Drogas JEM", da Fuliban, em Belo Horizonte, pacientes que narravam casos graves de abuso do produto em dose alta (meio frasco ou frasco inteiro) das soluções para uso em gotas ou em xarope. A maioria desses pacientes eram jovens ou adolescentes, alguns deles com o uso contínuo por mais de um ano, chegando a tomar três, quatro, cinco frascos, ou mais, por dia. Certa vez, o pai de um deles nos levou os frascos vazios correspondentes ao emprego do produto usado por seu filho durante um mês. Havia 164 frascos, isto é, uma média de mais de cinco frascos por dia.

Na maioria dos casos, os pacientes narravam um certo estado de euforia, com indiferença em relação aos estímulos do meio ambiente, perda da memória, dificuldades de atenção e concentração e, às vezes, alucinações, principalmente visuais. Muitos — em doses maiores — chegavam a ter convulsões do tipo da epilepsia. Um deles teve uma crise em nosso gabinete, e "enrolou a língua", obrigando-nos a desobstruir as suas vias aéreas com os dedos para impedi-lo de

morrer por asfixia. Outro — um adolescente de 15 anos de idade — teve uma queda na rua durante as convulsões e morreu por fratura da base do crânio.

Tratava-se, aquela época (1983), de um novo tipo de abuso de drogas, e os casos de dependência aproximavam-se da chamada dependência física, pois, quando o indivíduo tentava parar o uso, surgia sofrimento do organismo com tosse persistente, sudorese, náuseas, às vezes vômitos e mal-estar geral.

Tendo em vista tudo isso, desde aquela época temos alertado as autoridades sanitárias sobre a gravidade do problema, solicitando providências, inclusive um controle mais rigoroso do produto. Denunciamos o fato ao Confen que, por unanimidade, aprovou nossa proposta de colocar o medicamento sob controle de receita especial, retida nas farmácias para posterior fiscalização ("bloco azul", tipo dos psicotrópicos).

A Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde (DIMED), no entanto, recusou-se a atender a nossa sugestão, tendo apenas colocado o produto sob receita comum ("bloco branco"), retida nas farmácias.

Tal medida foi insuficiente porque passou-se apenas a controlar o distribuidor varejista (farmácias), não se controlando o atacadista e tampouco os laboratórios produtores do medicamento. Consequentemente, tem havido vazamento do produto entre o fabricante ou seus representantes e as farmácias mediante vários mecanismos fraudulentos do tipo da venda em "nota branca". Tanto isso é verdade que já houve vários flagrantes com fechamento de farmácias, como um caso recente em Divinópolis, Minas, onde uma farmácia vendeu, em uma só semana, um mil 600 frascos de Eritós.

Em Brasília, um intermediário foi preso com quase 900 frascos de Eritós e, recentemente, a Polícia Federal foi ao Rio de Janeiro atrás de traficantes do produto, tendo confiscado milhares de frascos.

Por tudo isso, apresentamos, em 1990, um projeto de lei à Câmara dos Deputados, a fim de coibir tais abusos. Em síntese, o projeto dispõe o seguinte:

1 — Listagem do produto, equiparando-o aos narcóticos ou entorpecentes (morfina e afins). Isso o obrigaria, de início, também ao controle do insumo farmacêutico (matéria-prima) e, portanto, do laboratório produtor. Outrossim, a equiparação com os narcóticos obrigaria o receituário no bloco de entorpecentes, com um controle rigoroso pelas entidades sanitárias. Assim, a venda desse medicamento contra a tosse se reduziria tanto que possivelmente os próprios laboratórios iriam retirá-lo do mercado.

2 — Adição do extrato de ipeca ao produto, em nível do laboratório produtor. A ipeca contém um princípio ativo

que provoca vômitos conforme a concentração. Esta deve ser de tal ordem que, usando-se o medicamento em dose terapêutica, não acontece nada. Entretanto, em dose alta (como droga de abuso) vai provocar mal-estar, náuseas e vômitos, dissuadindo o usuário de empregá-lo com tal e impedindo sua morte por overdose. Além disso, a ipeca — planta brasileira nativa no Mato Grosso — não prejudicará em nada o efeito terapêutico do xarope. Ao contrário, pois tem também ação expectorante.

Enquanto tal projeto não é aprovado, estamos dirigindo pedidos ao Secretário de Vigilância Sanitária, Baldur Schubert, e ao próprio Ministro Alcení Guerra, para a publicação de portaria ou resolução enquadrando o Zipeprol entre os narcóticos ou entorpecentes, o que o enquadraria, pela chamada norma penal em branco (art. 36, parágrafo único da Lei nº 6.368), entre as substâncias controladas, constituindo crime a sua posse ou uso.

É interessante observar que estamos nesta luta contra o Zipeprol desde 1983, há sete anos, portanto. Países desenvolvidos, como a Itália e a Suíça, só agora (1990) estão tomando conhecimento do seu uso abusivo, dos casos de dependências e de morte, o que pode ser comprovado por artigos recentes de duas revistas especializadas, o *Journal of Forensic Sciences* 35:992-999, 1990 e o *Bristish Journal of Addiction* 85: 815-816, 1990, com dois casos de mortes e 30 casos de dependência do tipo dos opiáceos.

O Ministro da Saúde, atendendo a nossa solicitação, virá colocar-nos à frente desses países no controle de tal substância que se tem mostrado tão nociva, principalmente à nossa juventude.

José Elias Murad, médico, farmacêutico e químico, é deputado federal pelo PSDB de Minas Gerais

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Diretório Nacional do PT, reunido no último fim de semana, teve, em sua pauta de discussão, como assunto principal, a organização do nosso primeiro Congresso Nacional.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, um congresso difere dos nossos encontros regulares, porque irá discutir os temas estratégicos do nosso Partido. Nada mais oportuno, uma vez que o PT, um Partido que brotou do Movimento Popular Sindical, do inconformismo de esquerda com a ditadura militar, surgiu cerceado por aquela legislação autori-

tária de exceção. Depois de dez anos de vida, depois de viver a experiência da luta parlamentar institucional conjunta com a luta direta dos trabalhadores, com a auto — organização dos trabalhadores, com o enfrentamento direto do sistema capitalista no Brasil, é o momento de sintetizar essas experiências do PT no Brasil, ao mesmo tempo incorporando as experiências de luta e de construção do socialismo em escala mundial.

Sr. Presidente, é muito oportuno este Congresso, dentro da história do PT no Brasil. É mais oportuno ainda, se considerarmos o momento que vive o socialismo, do ponto de vista ideológico, teórico e prático, em todo o mundo.

O PT surgiu fazendo críticas contundentes ao chamado socialismo real.

Esse foi um ponto que justificou, em grande medida, a criação desse partido novo no País, criticando de maneira aberta, franca, direta e contundente os partidos que se alinhavam com o chamado socialismo real, com a União Soviética e com o Leste Europeu. Nós nos opúnhamos àquela caricatura de socialismo, na realidade um autoritarismo burocrático que fazia com que o ideal da realização plena da democracia no socialismo se transformasse, ali, no seu contrário, ao mesmo tempo que as aspirações populares não encontravam realização naquela parte do mundo. Reconhecemos que o sistema socialista, incipiente, ali, foi capaz de resolver os desafios da fome, do analfabetismo, da mortalidade infantil. Mas isso jamais nos bastou.

A questão do Estado, Sr. Presidente, foi um dos pontos centrais da nossa crítica daquilo que vinha ocorrendo. Um Estado deformado burocraticamente, um superestado que a tudo queria controlar, e onde a burocracia encontrava o seu caldo de cultura. Nesse sentido, a nossa crítica a essa hipertrofia do Estado encontra paralelo nos escritos dos autores clássicos do socialismo, como Marx e Lênin, que já preconizavam a extinção do Estado. A idéia do planejamento centralizado só ganha sentido se passar por uma democracia de base, se passar por uma participação intensa de todos os interessados. Do contrário, leva necessariamente a um reforço da ideologia neoliberal, como se o oposto do socialismo deformado e burocrático fosse a propriedade privada, fosse a descentralização das decisões econômicas para os empresários, para exploradores dos trabalhadores de todo o mundo.

O capitalismo faliu, Sr. Presidente. Se houver a falência dos Estados socialistas burocraticamente deformados, mais especular ainda foi a falência dos Estados capitalistas. A riqueza de países como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos é indissociável da outra face da moeda, a miséria do Brasil, a miséria do Terceiro Mundo, na África e na Ásia, e até mesmo a miséria e o desemprego naqueles países, uma miséria que, aliás, é crescente, os bolsões de pobreza, a exploração sobre os migrantes que existem nesses países do Primeiro Mundo.

Portanto, diante da falência do capitalismo, constatada desde o século passado, só podemos responder por esse socialismo renovado. O fracasso do chamado socialismo real não foi apenas do chamado socialismo real não foi apenas no campo político, mas também no campo econômico. Esse hiper Estado foi incapaz de fazer um plano que respondesse, nas suas minúcias, pela organização econômica de um país. Ao contrário de desabrochar ainda mais as forças produtivas, quantas e quantas vezes funcionou como entrave ao desenvolvimento tecnológico à inovação, para não dizer aquele aspecto mais constatado, que é a realização das aspirações básicas das famílias e dos próprios trabalhadores.

Daf, Sr. Presidente, as pistas que o PT aponta da superação da social-democracia à qual nos opomos, uma posição de esquerda à social-democracia, da superação do capitalismo; daí, o PT estará colaborando, efetivamente, para a construção de uma futura sociedade socialista. Nós saudamos a dissolução dessa couraça do ideal socialista que existia, o chamado socialista real. À medida em que isto se dissolveu, facilitou o desabrochar dessas novas idéias e da construção, em países como o Brasil, de uma sociedade nova, de uma sociedade efetivamente democrática, de uma sociedade verdadeiramente socialista.

Concluindo, Sr. Presidente, fica, aqui, o meu viva ao I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, no rumo da construção do verdadeiro socialismo. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Aloísio Vasconcelos

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na sessão do Congresso de hoje à tarde, vamos assistir a mais uma ópera cômica dos representantes do Governo. Aliás, seria cômico se não fosse trágico, porque, na realidade, não vão votar nada. Na hora em que o 2º quorum atingir um número razoável para o início do processo de votação, vai-se fazer o que se fez ontem: retira-se o 2º quorum, cai a sessão. Amanhã, a mesma coisa.

Fica claro, para a opinião pública, que o Governo não quis o entendimento, não quer votar, não vai votar e vai jogar a questão do salário para o próximo Congresso, na certeza de que o próximo Congresso lhe será mais dócil. Isso só a história vai dizer. O que me traz à tribuna, Sr. Presidente — e o faço com muito prazer, porque tenho por V. Exª uma admiração particular, e não sei ainda quantas sessões V. Exª presidirá, para orgulho e gaudio nosso — é uma sugestão que tenho para dar à área do Governo que, hoje, pela imprensa, está admitindo mudança no Plano. A sugestão é que se busque o bom-senso na questão de venda dos imóveis funcionais de Brasília. Fui procurado por três pessoas que querem comprar os imóveis, que

vieram da desistência de ocupantes que não tiveram condições de comprá-los. Entretanto, a informação da Caixa Econômica Federal, pela sua Central de Imóveis, é que o Governo vai esperar, mais para o fim do ano, para juntar todos os imóveis de desistência e leiloá-los de uma só vez. Ora, isso vai contra o bom-senso! Digamos que esse processo vá até o fim do ano. Então, se hoje há trezentos apartamentos, o mês que vem também trezentos apartamentos etc., que se vendam esses blocos de apartamentos mensalmente, então, em data determinada. No último dia útil de cada mês, far-se-á o leilão dos apartamentos da desistência, pois já haverá a avaliação, já haverá a identificação. O Governo poderia fazer uma apropriação de cruzados, o Governo resolveria um pouquinho do problema habitacional e não cometeria, perante a sociedade de Brasília, esse atestado de burrice, ou seja, deixar acumular os mil e tantos apartamentos de devolução que esperam até o final do ano para começar a leiloar o primeiro. Isso significa atingir o mínimo de inteligência humana.

Então, lanço às Lideranças do Governo, à Assessoria do Governo, tão ativa nesta Casa, a idéia de que se faça o leilão dos imóveis já disponíveis por desistência mensalmente, em blocos; e que não se cometa a estupidez de se esperar o fim do ano, juntar todos e leiloá-los de uma só vez, o que seria até mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Célio de Castro.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (PSB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal *O Globo* publica hoje matéria originária do seu correspondente em Londres, jornalista Teodomiro Braga, estarecedora.

É um verdadeiro escárnio à consciência moral e cívica da Nação. Milhões de telespectadores ingleses assistiram, no horário nobre da televisão britânica, às 20 horas e 30 minutos, um programa mostrando o assassinato de menores no Brasil. O programa causou tal impacto na opinião pública da Inglaterra que, segundo a matéria que ora dou conhecimento à Casa, as cenas de violência mostradas na televisão inglesa superaram, em barbaridade, as da guerra do Golfo Pérsico.

Sr. Presidente, o veículo de comunicação da Inglaterra diz que essa guerra que existe no Brasil é a guerra em que as crianças morrem. O programa chegou a exibir o depoimento de um cidadão chamado Mário Pereira de Andrade, que confessou, perante a televisão inglesa, que assassinaram vários menores. Inclusive, literalmente esse cidadão diz o seguinte: "Para mim, matar uma criança é como matar uma mosca, é o mesmo que quebrar um pedaço de pau".

Sr. Presidente, o noticiário da televisão inglesa chega a afirmar que a imagem do Brasil na Grã-Bretanha atingiu seu ponto mais baixo desde a posse do Presidente Collor.

Inclusive cita nomes, cita que parte da polícia estaria envolvida nessa matança, juntamente com autoridades do Poder Judiciário, citando o Juiz do Rio de Janeiro Rubens Medeiros, acusado de cúmplice.

Sr. Presidente, também é citada, na referida matéria, o depoimento da Promotora do Rio de Janeiro, Drª Tânia Moreira, afirmando explicitamente que ela, pessoalmente, investigou 996 casos de assassinatos de crianças no Rio de Janeiro, dos quais apenas 20 foram apurados.

E finaliza a matéria com o depoimento dramático do Bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli, que diz: "Esses grupos de extermínio de crianças são formados por policiais e bandidos, pagos por homens de negócios e industriais, pessoas atrás de segurança para proteger os seus bens e os seus negócios".

A dramaticidade da matéria atingiu seu grau máximo quando a televisão inglesa mostrou a imagem de um menor, assassinado em Ipanema, no Rio, Patrício da Silva, sobre cujo corpo ensanguentado estava escrito um bilhete: "Eu o matei porque você não estudou e não tem nenhum futuro".

Sr. Presidente, é preciso que se assinala, com toda a veemência, que notícias e fatos como esses que acabo de trazer ao conhecimento da Casa ferem a consciência ética e cívica desta Nação.

Fica aqui o meu mais veemente repúdio a esse tempo de procedimento, e reafirmo perante a Casa que já estou com requerimento pronto para a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de apurar todos os maus tratos infringidos às crianças brasileiras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Marco Antônio Campanella.

O SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a estratégia do programa econômico do Governo poderá gerar consequências do maior significado para o futuro do País. Na superfície desse programa, é possível identificar mais facilmente o desemprego, o arrocho salarial, o fim dos programas sociais para as camadas de baixa renda da população, a recessão, as demissões do funcionalismo público.

Entratano, as políticas adotadas pelo atual Governo representarão, mais do que aqueles efeitos conjunturais, a mais profunda e nociva desnacionalização que já atingiu a economia brasileira, com a ampliação dos espaços para a ação dos cartéis e monopólios, principalmente os estrangeiros, e a quebra de empresas estatais estratégicas ao desenvolvimento nacional.

Vejamos os fatos e as atitudes governamentais que confirmam esta direção da atual política econômica e industrial:

1 — graças à Lei nº 7.232, de 1984, que instituiu a reserva de mercado no setor da informática, as empresas nacionais aumen-

taram, nos últimos dez anos, sua produção em 700%, o que estimulou uma significativa independência tecnológica neste segmento estratégico da indústria brasileira e a geração de mais empregos.

O Governo, através do Conin, simplesmente excluiu 250 produtos de tecnologia de ponta da reserva de mercado, passando a permitir a constituição de **Joint ventures**. Como se isto não bastasse, retirou as fibras óticas da reserva, sob o esdrúxulo e inconcebível argumento de que elas não são produtos de informática. Tudo isso com o claro objetivo de atender às multinacionais do setor e, no que diz respeito às fibras óticas, à multinacional italiana Pirelli, que fez pressões naquele sentido;

2 — a Secretaria Nacional de Comunicações determinou que o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Estatal, situado em Campinas (SP), pare de desenvolver tecnologia de ponta e passe apenas a fornecer serviços de auxílio a empresas que operam com o Sistema Nacional de Telecomunicação. Com isso, o centro deixa de desenvolver a mais alta tecnologia já alcançada pelo País e reconhecida mundialmente, como o caso da fibra ótica, antenas para captar sinais de satélites, centrais telefônicas, como o Trópico R, cujo custo foi infinitamente inferior aos similares oferecidos pelas empresas estrangeiras, e obteve a satisfação de 70% dos usuários. O objetivo do pacote no setor das telecomunicações e radiodifusão é de facilitar o acesso da iniciativa privada ao setor. No entanto, as empresas em condições de entrar no mercado são todas multinacionais, especialmente a NEC, a Siemens e a Ericsson. Além disso, inúmeros funcionários do Centro foram demitidos. O CPqD, com base nas necessidades da Telebrás, atua para criar protótipos de equipamentos de telecomunicações, cuja tecnologia é transferida às empresas nacionais que fabricam o produto final e o fornecem ao sistema;

3 — atendendo às exigências da Anfavea — instituição que representa o cartel das montadoras estrangeiras de automóveis no Brasil, o Governo enviou, no ano passado, para o V Congresso Nacional, um projeto de lei que permite às montadoras ampliar o monopólio do mercado de revenda de peças e equipamentos de veículos para as concessionárias. Atualmente, pela lei Renato Ferrari, que instituiu o princípio da "fidelidade" — leia-se mafiosidade — 75% das peças que as concessionárias vendem aos usuários de automóveis devem ser obrigatoriamente adquiridas pelas montadoras. A exigência do cartel, incorporada pelo Governo ao seu projeto de lei, foi a de que este limite, já absurdo, fosse derrubado, para que os "índices de fidelidade" alcancem, nas chamadas livres negociações, 90% e 100%. Detendo por lei o monopólio da compra e revenda de autopeças, o cartel impõe preços aviltados ao fabricante nacional e aos usuários de modo geral. O braço do cartel dos automóveis que atua no Brasil é composto pela Autolatina, Fiat e GM;

4 — denúncia do Comitê em Defesa do Petróleo Brasileiro dá conta de que a Petrobrás, com a anuência e a colaboração de autoridades brasileiras submissas aos interesses alienígenas, está comercializando com as revendedoras estrangeiras de derivados de petróleo a prazo, sem a exigência do pagamento de juros ou correção monetária, além do estrangulamento dos preços de seus produtos. O objetivo desta prática é um só: destruir a empresa estatal, quebrar o monopólio estatal do petróleo e beneficiar distribuidores como a Exxon e a Shell, entre outras.

Como se não bastassem estes fatos, o Governo liberou as importações e ameaça torpedear a autonomia conquistada pelo Brasil no campo de energia nuclear, dentro da atual concepção política dos responsáveis pela ciência e a tecnologia no País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, importante registrar o fato de que o Executivo brasileiro tentou convencer o governo e o congresso norte-americanos a suspenderem a proibição estabelecida para a venda de um supercomputador ao Brasil, quando se sabe que a equipe do Centro de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro já desenvolveu e expôs o protótipo de um supercomputador tecnologicamente mais avançado que aquele que o secretário José Goldemberg insiste em importar, embora não se saiba o custo que este ato pode representar para o País.

Como se vê, Sr. Presidente, por detrás de um discurso demagógico de combate aos cartéis e monopólios, o que se pratica no Brasil de hoje é a mais nociva política aos interesses nacionais. Aliás, por detrás da atual campanha pela antecipação da revisão constitucional, encontra-se o objetivo maior de incluir na Carta Magna facilidades para o que o Governo possa promover, ainda com mais intensidade, a entrega de nossas estatais estratégicas ao capital estrangeiro. Na verdade, os incansáveis e falaciosos ataques movidos contra a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Banco do Brasil, entre outros, fazem parte de uma estratégia das oligarquias internacionais para controlar os recursos naturais e econômicos do País. Não é por outro motivo que o governo adotou, entre seus programas, a conversão de títulos da dívida externa por ações de empresas estatais.

Os cartéis dos países centrais pretendem, ainda, impor ao restante do mundo o patenteamento de seres vivos produzidos em laboratórios e das matérias-primas correspondentes. O patenteamento restritivo visa garantir o monopólio de semente e outros produtos da engenharia genética para as grandes corporações e impedir o acesso dos países do Terceiro Mundo aos seus próprios recursos fitogenéticos.

No setor farmacêutico, a anunciada suspensão do reconhecimento das patentes não passou de uma farsa, já que o Brasil não reconhece estas patentes desde 1971. Na verdade, como atestam os representantes dos laboratórios nacionais, o reconhecimento das pa-

tentes estrangeiras seria, na realidade, a consagração da reserva de mercado farmacêutico para as multinacionais e o monopólio sobre o futuro mercado da biotecnologia e química fina.

Por todos estes fatos e estas razões, Sr. Presidente, a defesa da modernidade não passa e um engodo para beneficiar os cartéis e monopólios internacionais. É preciso, mais do que nunca — e o Congresso Nacional tem um papel fundamental nesta tarefa — mobilizar toda a sociedade brasileira para barrar imediatamente o entreguismo que ameaça inviabilizar o parque produtivo nacional, as ciências e tecnologias brasileiras. Ameaça, enfim, inviabilizar o Brasil como Nação independente. (Muito bem!)

Durante o discurso o Sr. Marco Antonio Campanella, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Júlio Pereira.

O SR. JÚLIO PEREIRA (PDT — AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, o tema a de todas as mesas no Brasil e no Mundo é a guerra do Golfo Pérsico. Para muitos brasileiros o assunto ainda parecer estranho ou mesmo, devido à distância, deixa crer que não seremos atingidos. Todavia, não é verdadeiro o que pensam esses brasileiros. A guerra das forças multinacionais, capitaneadas pelos Estados Unidos e travada contra o invasor no Iraque, pode gerar consequências imprevisíveis com graves desdobramentos que acabarão por envolver o mundo todo numa terceira guerra mundial.

Senão, vejamos. No dia 2 de agosto, quando o Iraque invadiu o Kuwait, apenas dois países estavam em beligerância; dias após começavam a se agrupar várias nações, tanto de um lado como de outro; e na data fatídica de 15 de janeiro, 28 países já apoiavam a ONU na missão de expulsar o Iraque do Kuwait, enquanto outras nações, vizinhas do país de Saddam Hussein, alinhavam-se, transformando uma questão localizada numa guerra de consequências imprevisíveis, envolvendo quase 40 países.

Agora, já existe ameaça do envolvimento de outras nações que até o dia 15 de janeiro estavam fora da guerra, como Israel, Irã, Turquia, Jordânia, Líbia, Marrocos, além de organizações, como a OLP e outras.

A crescente escalada militar, com gestos e atos irracionais, como despejo de milhares de barris de petróleo nas águas do Golfo e de bombardeios a populações civis, acaba por nos obrigar a pensar mais profundamente sobre o dia seguinte.

O Brasil já esteve envolvido em disputas territoriais, como no caso do Amapá, no início do século. Todavia, a diplomacia brasileira provou nos tribunais da Suíça que a área pretendida pela França na verdade não per-

tência a ela e sim ao Brasil e, com pouco derramamento de sangue e muita diplomacia, a área do contestado foi novamente incorporada ao mapa do Brasil.

No mundo de hoje, milhares e milhares de crianças morrem de fome por absoluta falta de competência de seus governos de levar esses povos ao caminho do progresso e do desenvolvimento, enquanto apreciamos ao vivo, via satélite, os horrores da guerra. Segundo especialistas, o gasto diário com esse conflito chega a meio milhão de dólares, somente do lado das forças multinacionais.

O pior de tudo, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, é que o pagamento de todos esses dólares explodidos no golfo Pérsico será recuperado pelas frágeis economias dos países subdesenvolvidos, pois com o final dos conflitos o preço do petróleo deverá atingir patamares jamais alcançados. Tudo com a finalidade de recuperar os gastos da guerra à custa do sacrifício cada vez maior dos povos pobres.

A hora é de meditação e não de retaliação, é de entendimento e não de desunião, é de vida e não de morte, é, acima de tudo, a hora de um basta contra essa guerra que nos está atingindo direta ou indiretamente e que vai prejudicar milhares de lares espalhados por todo o mundo, graças a prepotência, ignorância e crueldade de muitos dirigentes das nações envolvidas.

O Congresso Nacional não pode e nem deve ficar assistindo a tudo sem fazer nada. Temos o dever, como País-Membro da ONU, de observar as suas resoluções. Mas, sobretudo, temos o direito inalienável de lutar pela paz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, há poucos dias tivemos oportunidade de usar esta tribuna para denunciar o quanto o governo dos Estados Unidos gastou para subornar diversos governos do Mundo inteiro para que, na ONU, votassem a favor da guerra e a favor dos Estados Unidos.

Tivemos oportunidade de ler desta tribuna uma página da revista *The Spotlight*, de Washington, edição de 24 de dezembro de 1990, na qual havia uma formulação do Sr. Jean Paul Pradier, francês especialista em defesa, consultor do sistema das Nações Unidas, na qual diziam que, no sentido de alinhamento, de alinhar uma aliança mundial contra o Iraque, a Casa Branca distribuiu auxílio militar de emergência, empréstimos, concessões comerciais, perdão de dívidas, subsídios emergenciais e, por debaixo do pano, recursos à esquerda e à direita. Mais especificamente, que a Turquia recebeu 7 bilhões de dólares; a Síria, um bilhão; a China, 4 bilhões; o Egito, 8 bilhões; Israel, um bilhão extra e, recentemente, exigiu mais de 13 bi-

lhões de dólares; e a Etiópia, 450 milhões de dólares.

Finalmente, segundo ainda a revista, a compra de votos pelos Estados Unidos na ONU se efetivou através da sua posição no Banco Mundial e no FMI, pelas decisões de emprestar dinheiro ou ainda para conceder ou retirar de outras nações o *status* preferencial para negociar.

Tivemos oportunidade de ler a frase final da entrevista do Sr. Jean Paul Pradier: “Em suma, os Estados Unidos corromperam as Nações Unidas com a compra de seus votos”.

Ora, Sr. Presidente, essa denúncia feita pela revista americana *The Spotlight*, de que os Estados Unidos subornaram diversos países de Mundo para votarem na ONU a favor da guerra e a favor desse país, essa denúncia nos deixou estupefatos, inclusive porque ficamos preocupados com um acordo que teria sido feito com o Brasil, para que ele também votasse na ONU a favor da guerra e dos Estados Unidos.

Não temos — e a revista *The Spotlight* não nos informa — dados sobre o que aconteceu no encontro havido entre o Sr. Bush e o Sr. Collor, aqui no Brasil. O que temos a registrar é que, quando estive no Brasil, pouco antes de invadir a Arábia Saudita, o Sr. Bush conversou com o Sr. Collor, e desse encontro surgiu a posição do Brasil favorável à guerra e aos Estados Unidos. Coincidentemente, houve o anúncio, feito pelos Estados Unidos, de que permitiria fosse fornecido ao Brasil o supercomputador. Em nossa opinião, Sr. Presidente, houve uma negociata. O preço que o Brasil pagou pelo supercomputador foi votar na ONU a favor da guerra e dos Estados Unidos.

A Argentina pagou um preço mais espetacular ainda. País rico em petróleo, não tinha por que se envolver numa guerra em torno de petróleo. Na Guerra das Malvinas, lutou contra a Inglaterra, que foi apoiada pelos Estados Unidos. Por conseguinte, a Argentina é inimiga da Inglaterra e dos Estados Unidos e não precisa de petróleo. Eis que a Argentina manda pessoas para uma guerra pelo petróleo no Oriente Médio, para lutar ao lado dos seus inimigos tradicionais. Isto significa que correu muito dinheiro dos Estados Unidos para comprar o voto da Argentina.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaríamos de dizer que, diante de tantos fatos que começam a ser levantados pela imprensa americana — a imprensa brasileira não deu ainda nenhum respaldo a essas notícias — começamos a ficar preocupados se o Brasil comprometeu-se apenas a dar esse voto lá na ONU e receber o supercomputador ou se foi mais do que isso. Queremos dizer que estamos achando cada vez mais estranhas as posições radicalizadas do Sr. Rezek, repetindo *ipsis litteris* o que os Estados Unidos dizem a respeito da guerra, afirmando que S. Ex.^a está extremamente preocupado com o ataque do Iraque ao Kuwait e que, além do mais, mandou chamar o Embaixador de Israel, para dizer que o Brasil manifestou indignação frente ao ataque do Iraque a Israel. Por outro

lado, manifestava, em nome do Presidente Collor, preocupação pelo derramamento, nas águas do golfo, de petróleo, num contexto em que depois se descobriu não ter sido o Iraque mas os Estados Unidos que atacaram petroleiros, derramando petróleo no mar.

Depois de tudo isso, o que queremos dizer, Sr. Presidente, para encerrar, é que desconfiamos, o PC do B está desconfiado — e tem razões para tanto — que o Brasil está preparando um clima para entrar na guerra ao lado dos Estados Unidos, que este teria sido o compromisso feito pelo Presidente Collor, ao Presidente Bush.

Essa insistência do Governo brasileiro, do Presidente da Petrobrás — esse entreguista que quer acabar com a Petrobrás —, para que um petroleiro brasileiro vá buscar petróleo de qualquer jeito na Arábia Saudita, é uma provocação, porque há reserva de petróleo no Brasil. O Brasil não está precisando do petróleo da Arábia Saudita, pois, se houvesse necessidade, podia ter mandado buscar na Venezuela ou no México.

Pensamos que está em curso a provocação. Pode ser que, quando esse petroleiro, lá chegando, for atacado, quem sabe por forças americanas, crie-se um ambiente e um pretexto para reivindicar-se a ida do Brasil, com tropas, para a guerra, ao lado dos Estados Unidos.

Em síntese, Sr. Presidente, reafirmando:

Já tivemos oportunidade de manifestar desta tribuna, em nome do PC do B e em meu próprio nome, nosso repúdio à guerra de agressão e conquista, que os EUA estão desfechando contra o Iraque. Dissemos que não aprovamos a ocupação do Kuwait pelo Iraque, da forma como foi feita, mas assinalamos que o Kuwait foi parte integrante do Iraque e foi destacado de seu território, em 1961, por imposição da Inglaterra. O pleito do Iraque a respeito do Kuwait deveria sofrer ainda um tratamento diplomático, político, não necessariamente militar. Enfatizamos essa questão para que não se identifique a ocupação que o Iraque fez do Kuwait — território vizinho, outrora unificado, sob o qual existe histórica pendência — com as invasões absurdas que o imperialismo norte-americano tem feito ao longo de sua história, às vezes a milhares de quilômetros de distância, abertos desrespeitos aos povos atingidos, como os do Vietnã, República Dominicana, Granada, Panamá, Libéria.

Por isso, voltamos a dizer que é de uma hipocrisia total, de uma falsidade absoluta a razão alegada pelos EUA para invadirem o Iraque, que seria um protesto por que uma nação invadiu outra.

A guerra em curso permite-nos outras observações. Em primeiro lugar, esta guerra de agressão dos EUA é apresentada como se fosse uma guerra da ONU, ou autorizada pela ONU. Mas o art. 1.º da Carta de Fundação da ONU estabelece que essa entidade tem por finalidade expressa “manter a paz e a segurança internacionais”; o art. 2.º formaliza que os países membros devem “evitar o uso

da força contra a integridade territorial de qualquer Estado". Em nenhum instante, nem de forma velada ou insinuada, Carta da ONU admite que essa entidade promova a guerra a pretexto de assegurar a paz ou outra qualquer desculpa. Por conseguinte, os EUA conseguiram subverter as Nações Unidas levando-a a patrocinar, ou autorizar uma guerra brutal, descaradamente imperialista. Além disto, os EUA conseguiram que todas as potências do chamado. Primeiro Mundo se unissem contra um país do Terceiro Mundo, que a URSS ficasse quietinha ante a infame guerra, que a China também e, finalmente, levaram até a que nações árabes lhes apoiassem e ficassem contra outra nação árabe irmã.

Sr. Presidente, é muita manobra dando certo! Sabendo como funciona o mundo capitalista, ficamos logo desconfiados de que, por trás de tudo isso, correu muito dólar.

Queremos traduzir agora trecho de importante matéria publicado pela Revista *The Spotlight*, de Washington, em seu número de 24/12 de 1990. Diz a revista, a certa altura: "Mas, as resoluções das Nações Unidas dirigidas contra o Iraque foram o resultado da corrupção de George Bush nas Nações Unidas. De acordo com o Dr. Jean-Paul Pradier, um francês especialista em defesa, que é consultor de sistemas das Nações Unidas, no sentido de alinhar uma aliança mundial contra o Iraque a Casa Branca distribuiu auxílio militar de emergência, empréstimos, concessões comerciais perdões de dívidas, subsídios emergenciais e por baixo do pano recursos à esquerda e à direita. Mais especificamente — continua a revista — a Turquia recebeu sete bilhões de dólares, a Síria, 1 bilhão a China quatro bilhões, o Egito oito bilhões, Israel um bilhão extra recentemente Israel exigiu mais treze bilhões de dólares e a Etiópia 450 milhões de dólares". "E, finalmente, — ainda é a revista — a compra de votos pelos Estados Unidos na ONU se efetivou através de sua posição no Banco Mundial e no FMI, pelas decisões de emprestar dinheiro ou ainda, para conceder ou retirar a outras Nações o Status preferencial para negociar". Agora a conclusão da revista americana, Sr. Presidente: "Em suma os EUA corromperam as Nações Unidas com a compra de seus votos".

A revista *The Spotlight* não se refere, todavia, como é que os EUA conseguiram o voto do Brasil, Senhor Presidente. Mas Bush esteve por aqui, aliás ocupou quase que militarmente esse Congresso, e permitiu que os EUA exportassem para o Brasil o tal super computador. Estranha coincidência.

Para encerrar Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para protestar contra o posicionamento do Governo brasileiro, expresso diversas vezes pelo Ministro Rezek, posicionamento de total servilidade ao governo americano. O Governo brasileiro esforça-se por repetir os mesmos raciocínios americanos, sem independência ou originalidade.

O Governo brasileiro deveria deixar tamanha docilidade para quem recebeu bilhões

de dólares. Ou será que o super computador implicou em outros compromissos?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Fernando Santana.

20 SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cresce a preocupação do mundo em relação a guerra do Golfo Pérsico, dando início, em vários países, a uma contestação firme a esse tipo de guerra que os Estados Unidos mercenariamente vêm fazendo no Golfo.

Sr. Presidente, o Sr. Jean Pierre Chevenement renunciou ontem ao seu posto de Ministro da Defesa da França por discordar do tipo de guerra que a França vem fazendo, ao lado dos demais países, contra o Iraque. Vale dizer que a França tem uma representação muito pequena no volume das tropas e dos equipamentos que estão sediados na Arábia Saudita. Esses poucos aviões da França já se estão trasladando para Turquia, a fim de prestar serviços de ataques, por determinação do Alto Comando Americano. A renúncia do Sr. Jean-Pierre Chevenement causou um profundo choque na política francesa e mesmo, nos meios diplomáticos, trouxe séria preocupação ao governo do Sr. François Mitterrand.

Para Chevenement, segundo fontes diplomáticas, a França, com dez mil homens no Golfo, passou a desrespeitar as resoluções da ONU ao também tentar destruir o Iraque, em lugar de se empenhar para que este país desocupe o Kuwait.

Senhor Presidente, há mais ou menos uma semana, o atual Ministro das Relações Soviéticas, Alexander Bessmertnykh, levou ao Presidente dos Estados Unidos, George Bush, a preocupação da União Soviética quanto à intensidade da guerra e à destruição que está provocando no Oriente Médio. Sabemos, por outro lado, que esse sentimento de protesto contra a destruição em massa que hoje se pratica contra o Iraque é preocupação também do atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sr. Francisco Rezek.

Não nos consta que o Brasil esteja representado agora no Conselho de Segurança da ONU, mas sabemos que, dos 18 representantes na célebre decisão que autorizou o emprego da força, três países não acompanharam a proposta dos Estados Unidos, a República de Cuba votou contra, o Iêmen votou contra e a China simplesmente se absteve. Os outros 15 membros, quatro permanentes e 11 que não têm representação permanente no Conselho de Segurança, votaram a favor.

Senhor Presidente, é preciso afirmar que a lógica da guerra, segundo expressão do Sr. Jean-Pierre Chevenement, foi além das resoluções da ONU que previam a desocupação do Kuwait, mas não a destruição do Iraque. É isto que está movimentando as chancelarias do mundo e, dentro em breve, segundo os jornais de hoje, vai haver uma tentativa mui-

to seria de reformular o sentido da guerra no Oriente Médio, e a tentar-se, através de uma resolução, o retorno à paz e uma convocação extraordinária de uma conferência internacional, visando não apenas a guerra do Kuwait com o Iraque, nem a guerra dos Estados Unidos e seus aliados contra o Iraque, mas uma solução global de todos os problemas que afligem o Oriente e que ameaçam a Humanidade, porque já se fala, inclusive, no uso de bombas químicas, já se fala, também, no uso de bombas atômicas. Todos sabem que o Iraque é possuidor deste tipo de armamento. Vamos imaginar que um dia, lá, caia uma bomba atômica. A destruição vai se generalizar de maneira total. Israel possui bomba atômica. Os Estados Unidos, nem se fala. A Inglaterra também. A França, idem. O que acontecerá se uma bomba atômica cair no Oriente Médio? Outras e outras irão cair, e ali poderá começar a destruição total da humanidade, simplesmente pelo desejo de um país que quer acima de tudo, controlar o petróleo do mundo: os Estados Unidos da América.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.* e Srs. Congressistas, durante estes catorze dias, desde o rompimento da guerra no Golfo Pérsico, ouvimos muitas manifestações, com os mais diversos pontos de vista. Aqui, faço uma manifestação com relação à guerra que se iniciou a quatorze dias e que parecia terminar em três ou quatro dias, mas que se está estendendo e, ao que parece, vai estender-se durante meses e, quem sabe, até anos. Quem seriamos nós para, aqui, fazer uma análise com relação à guerra? Apenas quero, ao apagar das luzes deste período legislativo, deixar o meu pensamento, que pouco ou nada representará para trazer a paz ao mundo com maior rapidez, embora se todos tivéssemos este meu pensamento, e se assim manifestassem, a paz poderia voltar mais depressa. Referindo-me à guerra, parece que a humanidade não aprendeu as amargas lições da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, onde tantos foram sacrificados, onde tantos inocentes morreram. Poderiam perguntar o que temos a ver, aqui, no Brasil, com a guerra. Temos muito a ver, por que o mundo hoje, é uma aldeia global. O mundo tornou-se pequeno é evidente que de uma ou de outra maneira nós seremos atingidos.

Por isso, houve uma razão muito grande para que essa guerra começasse. Todos nós, parlamentares, conhecemos a fundo os motivos e as razões que levaram os aliados a atacar o Iraque. É lamentável, Sr. Presidente. O que é uma vida humana? Quanto uma mãe luta para criar uma criança, quanto carinho, quanta dedicação? Quando vem uma guerra, ninguém se lembra do sacrifício que custou criar um filho e lá os filhos morrem, servem como bucha de canhão.

É doloroso, Sr. Presidente! E por isso, por essas coisas, nós, aqui, na Constituinte, defendemos com veemência uma formação cristã. Fomos pelo ensino religioso, não por um fanatismo — inclusive se fala em “Guerra Santa” — mas, sim, por uma consciência do ser humano, por uma responsabilidade, por princípios. É dentro disso que lutamos. Alegar que seja por racismo, isso não se justifica, porque aqui no Brasil temos um exemplo. Judeus, muçulmanos, palestinos, alemães, italianos, todas as raças vivem harmonicamente em paz, e se entendem. Por isso, quero aqui deixar o meu registro, para que Deus ilumine aqueles que têm a responsabilidade, que ficam na retaguarda e mandam os outros se matarem, no sentido de que o quanto antes façam a paz voltar a reinar no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvimos aqui diversas manifestações sobre a guerra no Golfo Pérsico. Mas não ouvimos uma palavra sequer para afirmar-se que a declaração de guerra dos Estados Unidos, por exemplo, passou pela autorização do seu Congresso Nacional, passou pela autorização do Senado.

No Senado passou por 52 a 47 votos. Na Assembléia da República Francesa passou por 502 a 47 votos. O Parlamento inglês manifestou-se por unanimidade. Ouvi, Sr. Presidente, e li o ato de uma demonstração pública, de uma atuação política de um país que nos demonstra e nos traz à luz a grande diferença entre as ditaduras e as democracias.

A representação do Partido Trabalhista inglês no Parlamento Europeu, quando da apresentação de uma moção por parte dos diversos partidos socialistas que compõem aquele Parlamento, que é oposição no seu país, disse: “Temos como tradição, na Inglaterra, apoiar o governo quando o país encontra-se numa guerra com potência estrangeira”.

O que vimos mais? Vimos o Presidente do Iraque dizer a um jornalista do Ocidente: “O governo dos Estados Unidos cairá com as primeiras 10 mil mortes de soldados americanos em terras do Golfo Pérsico, a opinião pública irá derrubar o governo.”

Aqui, não! Aqui, podem morrer 1 milhão, porque não há opinião pública. Aqui não se respeitam os direitos humanos. Aqui não existe liberdade de imprensa. Aqui não há liberdade. Eu, Saddam, sou o Deus e a vontade do povo iraquiano”. Aqueles que se dizem democratas defendem os ditadores de hoje como defenderam o Hitler de ontem.

Nunca vi uma guerra, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, entre duas democracias. Apontem-me uma. Desafio a que digam ter havido guerra entre duas democracias. Verificamos que não existem guerras entre democracias, porque elas estão sujeitas à aprovação dos respectivos Parla-

mentos, que é a voz do povo, que é a voz da nação, não permite jamais que os seus governos entrem em aventuras e invadam países a todo do nada.

O Sr. Fernando Santana — Os Estados Unidos invadiram o Panamá.

O Sr. JOSÉ LOURENÇO — Porque é uma ditadura. O Presidente Gorbachev, no conselho de Segurança das Nações Unidas, também votou favoravelmente a todas as moções em apoio à retirada das tropas iraquianas do Kuwait. Não se pediu e ninguém queria a guerra. O que todas as nações de bom senso queriam e todas as nações de bom senso reclamavam em função dos tratados internacionais e das leis da ONU, é que um grande país não pode invadir um pequeno país. Se assim fosse, Sr. Presidente, invadiríamos a Bolívia, o Paraguai ou qualquer outra nação vizinha, porque somos o grande e o outro é o pequeno.

Sr. Presidente, quando se falar sobre a guerra do Golfo Pérsico, que se fale mais sobre quem é o ditador e de que lado estão as democracias.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra à nobre Congressista Sandra Cavalcanti

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, embora seja bastante razoável que o Congresso brasileiro esteja tão preocupado, como o Mundo inteiro está, com esse conflito no Golfo Pérsico, e embora seja surpreendente que vozes que exprimem um regime democrático estejam aqui nesta Casa apoiando a ação terrorista e covarde de um ditador — este assunto merece da nossa parte, quem sabe, um tratamento mais sério, numa hora de maior relexão, até para uma tomada de posição do Congresso brasileiro, como ocorreu há dois dias no Congresso norte-americano, quando, com o apoio do Senado, expediu uma nota, votada, de total solidariedade ao Estado de Israel, pelo ataque covarde que este país vem sofrendo por parte do ditador do Iraque —, o que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é uma manifestação de protesto e de surpresa até pelas atitudes que vêm sendo tomadas em relação ao Estado do Rio de Janeiro pelo Ministério da Saúde, que hoje acumula a pasta, também, de Ministério da Criança.

Li, com surpresa, hoje, a informação de que o Ministério da Saúde está disposto a intervir no Estado do Rio de Janeiro, porque ali cresce a epidemia de dengue. Segundo o Ministro da Saúde, as autoridades estaduais, lá, não tomaram nenhuma providência.

Quero apenas aproveitar o fato de estar aqui, neste instante, para desmentir essa informação. Muito pelo contrário, Sr. Presidente, com recursos próprios, sem repasses, que foram anunciados, mais não foram liberados a tempo, o Estado do Rio de Janeiro tentou de todos os modos armar-se contra

uma epidemia que já há mais tempo vinha incomodando principalmente aquelas áreas. Não vi o Ministério da Saúde ter a audácia de dizer que pretende fazer uma intervenção no Estado de São Paulo. No entanto, foi na região de Ribeirão Preto que, este ano, ocorreu a mais grave incidência de dengue em todo o País.

Trata-se, evidentemente, de uma posição política, uma posição inexplicável até, mas que deve ter suas profundas razões. Eu até agora ainda não consegui descobrir quais são.

Veja, Sr. Presidente, houve uma denúncia mundial contra extermínio de crianças. O noticiário, — e hoje aqui este fato foi comentado, — para variar, coloca o Estado do Rio de Janeiro como o local onde essa mortandade de crianças que está sendo feita de forma organizada. Também não é verdade, Sr. Presidente. A mortandade de crianças vem ocorrendo nas grandes cidades, em decorrência, principalmente, do crescimento e do alastramento do crime organizado de tráfico de drogas. Sabemos perfeitamente bem que são as crianças estão sendo manipuladas pelas quadrilhas e todas as vezes que há uma guerra entre quadrilhas elas são mortas como queima de arquivo.

Lamentavelmente, há pessoas que ainda tentam aparecer perante a opinião pública e vêm com argumentos absurdos, como chamar de “crueldade praticada contra uma indefesa criança” o assassinato violento de um garoto de 17 anos, chefe de quadrilha, que há muito tempo vive na condição praticamente de um adulto! As causas são outras.

Então, aproveito a oportunidade para, em nome do Estado do Rio de Janeiro, protestando contra essa imagem errada que estão fazendo do nosso Estado, exigir do Ministro da Saúde, isto sim, cumpra a lei, trate de regulamentar a implantação dos Conselhos de Defesa da Criança, que o Estatuto do Menor prevê, porque sem isso não adianta ficar fazendo demagogia de “ministério mirim”, “ministério da criança”, entrevistas para a imprensa inglesa e dizer que vai fazer intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Trate S. Exª de cumprir a sua obrigação, porque por não termos ainda esses Conselhos é que as providências que a lei prevê ainda não puderam ser tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o *Jornal de Brasília* de hoje, à página 3, sob o título “Os não eleitos querem emprego”, lista os nomes de alguns deputados que estariam trabalhando junto a membros da futura Mesa para serem admitidos como assessores desta Casa.

Sobre essa notícia, Sr. Presidente, acabo de encaminhar ao *Jornal de Brasília* a carta que peço vênha a V. Exª para ler!

Sr. Redator: Informa o **Jornal de Brasília**, em sua edição de hoje, página 3, sob o título "Os não eleitos querem emprego", que a Câmara dos Deputados contratará para a sua assessoria os deputados em fim de mandato José Lins (PFL-CE), Daso Coimbra (PRN-RJ), Adolfo Oliveira (PFL-RJ) e José Costa (PSDB-AL).

O Deputado José Costa certamente não será contratado para a assessoria daquela Casa do Congresso Nacional, porque irá dedicar-se ao seu escritório de advocacia, a ser inaugurado possivelmente dentro de mais 15 dias, na sala 301 do "Edifício Serra Dourada", nesta Capital, onde, com mais dois outros advogados, fará a advocacia empresarial, principalmente advocacia tributária.

Quanto à contratação eventual dos ex-Deputados José Lins e Adolfo Oliveira, permito-me, como cidadão e como contribuinte, parabenizar a Mesa da Câmara, se a realizar. Terá colocado a serviço da instituição dois dos mais dedicados, mais capazes e melhores homens públicos que por lá passaram nos últimos anos.

Gratíssimo pela publicação.

Atenciosamente,

(a) José Costa."

Muito obrigado, Sr. Presidente

O Sr. Osmir Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. OSMIR LIMA (PMDB — AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para reiterar o convite, em meu nome também, a todos os deputados e senadores interessados para estarem hoje às 18 horas à reunião, quando, nessa oportunidade, de forma equilibrada e serena, será discutida questão tão polêmica, em torno da reforma administrativa do banco.

É o convite que a Diretoria do banco estende a todos os Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Fábio Raunheitti.

O SR. FÁBIO RAUNHEITTI (PTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vive Nova Iguaçu, minha terra natal, município que orgulhosamente represento nesta Casa, momento de grande alegria em razão do auspicioso acontecimento na área do ensino superior, que há 21 anos, juntamente com meu saudoso irmão, Deputado Darcílio Ayres, em obra de pioneirismo, implantamos em nossa terra. Alegria justificada, Sr. Presidente, pela aprovação da carta consulta que o Conselho Federal de Educação acaba de fazer por unanimidade de seus membros, por via de reconhecimento, que permite implantar a UNIG — Universidade de Nova Iguaçu, fruto que resultou de longo, demorado e exaustivo traba-

lho desenvolvido por aquele colegiado, presidido pelo Professor Dr. Gay da Fonseca.

Oportuno ressaltar que a passagem do Fernando Affonso Gay da Fonseca, à frente daquela egrégia casa, evidenciou ainda mais os seus valores culturais, que resultaram no mais completo acerto administrativo, reconhecido não apenas por seus pares, mas sobretudo pela completa maioria dos dirigentes das instituições de ensino superior do País, à cuja classe orgulhosamente encontro-me estreitamente ligado.

Hoje, o nobre professor Gay da Fonseca encerra o seu mandato de Presidente do Conselho Federal de Educação. Temos certeza do excelente dever cumprido, marcado por indelével rastro de realizações, todas elas registradas nos anais daquele conselho que certamente se constituirão em páginas gloriosas da história do ensino brasileiro.

Não poderia, desta maneira, Sr. Presidente, deixar de registrar nos Anais desta Casa, o meu reconhecimento por tantos e tão profícuos serviços prestados à educação pátria pelo ilustre professor e conselheiro Fernando Affonso Gay da Fonseca, rogando a Deus que continue iluminando a trajetória de tão ilustrado patricio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Octávio Elisio.

O SR. OCTAVIO ELÍSIO (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há um descontentamento generalizado no interior de Minas Gerais com o fechamento, a partir desta semana, de cerca de quatrocentos pontos de atendimento — exatos 416 — do Banco do Brasil, mais de 1/4 do total de 1.596 agências, subagências, postos de serviços e seções externas que deixam de funcionar em todo o País, por determinação da diretoria do Banco. Além destes, outros 45, só de Minas, vão para o "sacolão", ficando na avaliação de sua capacidade de recuperação financeira, durante um ano.

Este ato coloca em disponibilidade 17.700 funcionários — só em Minas 1.771 —, dos quais apenas quatro mil, aproximadamente, serão reaproveitados. No pequeno município do interior, de economia essencialmente agrícola e com um pequeno comércio, o Banco do Brasil é um marco de desenvolvimento tão desejado pela comunidade quanto a escola, o posto de saúde e a estrada. Em quase todas essas localidades que perdem um ponto de atendimento do Banco do Brasil, não há outra instituição financeira e, para muitas delas, a mais próxima ficará agora a mais de cem quilômetros, como vai acontecer no Norte de Minas.

O Banco do Brasil sempre se destacou como instituição financeira modelar, voltada para a eficiência e livre do empreguismo. A admissão de seus funcionários sempre se fez por concurso. Na expansão de suas unidades

sempre se levou em consideração, não apenas o movimento financeiro, mas também o potencial de crescimento ou a importância da localidade como pólo microrregional. Este papel catalizador do desenvolvimento econômico e social sempre foi considerado pelo Banco do Brasil, que, algumas vezes, abriu agências pioneiras, mesmo quando tenderiam a ser deficitárias durante certo tempo, e por isto, nunca foram do interesse dos bancos comerciais privados.

E esta postura política não comprometeu a credibilidade e a saúde financeira do Banco do Brasil. Ao contrário, tudo isto e mais alguns outros fatores é que fazem o Banco do Brasil reivindicado, acima de qualquer outro banco, pelas pequenas comunidades. Reivindicado, pela sua solidez institucional, pela facilidade do acesso ao crédito agrícola e também aos recursos financeiros de objetivos sociais, para os projetos comunitários do Fundec ou Fundação Banco do Brasil.

Sr. Presidente, este fato tem profundo impacto social e econômico e, por isto, não se justifica sem uma discussão ampla com a sociedade e o Congresso. Lamentavelmente, estamos em convocação extraordinária, o que impede sejam os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central chamados ao Congresso para explicar a reforma administrativa em marcha no Banco do Brasil. Lamentavelmente é Governador de Minas o Sr. Newton Cardoso, que nem sequer se manifesta a respeito e, menos ainda, saiu em campo para defender o nosso Estado. Tudo isto é consequência do desprestígio a que chegou Minas no Governo Newton Cardoso.

Sr. Presidente, quero insistir aqui que desejo ver o Banco do Brasil cada vez mais forte institucionalmente, longe das influências fisiológicas e do clientelismo político. Por isto, sempre repudiamos o desprestígio a que foi relegado o BB nos últimos anos, a sucessão de medidas do Governo Federal que procuravam enquadrá-lo como um banco comercial qualquer. Devo reconhecer que a anistia creditícia inscrita nas disposições transitórias da Constituição de 1988 também sacrificou o Banco, do mesmo modo que a extinção da "conta movimento", no início de 1986. O Banco do Brasil vem vencendo tudo isto, impondo-se, cada vez como a mais sólida instituição financeira nacional.

A reforma administrativa tem como justificativa, segundo o Presidente Alberto Pollicar, assegurar ao Banco "boa rentabilidade no futuro". A Visão aqui, como de resto em toda a reforma administrativa do Governo Collor, é extremamente limitada: corte de pessoal, extinção de pontos de atendimento ao público onde eles são absolutamente indispensáveis, busca exclusiva de lucro. O cliente, a comunidade, os objetivos sociais são deixados de lado. Extingue-se o posto de serviço na pequena cidade ou no distrito do interior de Minas, onde não há outro banco, para ampliar ou criar novas agências em Belo Horizonte, por exemplo, por um critério exclusivamente comercial, por uma visão de banco privado, o que nunca foi um critério exclu-

sivo, nem mesmo prioritário, que orientou as decisões do BB no passado. Precisa ficar claro que as duas posições não são excludentes, e a preocupação social ou com o caráter pioneiro do BB pode existir com a garantia de sua saúde institucional. A prova disto é o resultado financeiro que o Banco do Brasil apresentou em 1990: lucro líquido de Cr\$ 43,3 bilhões ou Cr\$ -11,45 por ação, o que permitirá o pagamento de Cr\$ 2,87 de dividendos. A *Gazeta Mercantil* do dia 25 de janeiro último, que traz estes dados, informa também que o Banco Mercantil de São Paulo fechou o balanço com o lucro líquido de Cr\$ 1,5 bi, 52% menos que o resultado do ano anterior.

Dentre os Municípios mineiros agredidos por esta decisão, Dorcas do Turvo está perdendo a Seção Externa do Banco do Brasil, que lá funciona há mais de seis anos, seu único estabelecimento bancário e que serve também os municípios vizinhos de Brás Pires, Alto Rio Doce e Silverânia. Existe em Dorcas do Turvo um ponto de resfriamento de leite e mais de quinhentos produtores rurais recebem seus pagamentos pelo BB; do mesmo modo, os aposentados e os professores e funcionários públicos estaduais. Existem no município vários projetos de custeio agrícola a pequenos produtores e um programa do Executivo Municipal com a comunidade, apoiado pelo Fundec. Por isto, em dezembro, encaminhamos expediente do Prefeito Municipal, Dr. Ary Gonçalves Nogueira, ao Presidente do BB e a seu Superintendente Regional em Minas Gerais, reivindicando a permanência do Banco do Brasil em Dorcas do Turvo. Não atendido em seu apelo, aquela comunidade ficará agora a 60 km da agência de Ubá, pois estão sendo fechados também os pontos de atendimento nos municípios vizinhos de Piranga (agência) Capela Nova, Catas Altas da Noruega, Cipotânea, Porto Firme e Senador Firmino. Infelizmente atinge-se mais uma vez o pequeno, aquele que mais precisa, para garantir ao BB mais e melhores condições de atender a quem dele não depende com exclusividade. É mais um lamentável resultado do Plano Brasil Novo do Presidente Collor. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT—RJ Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia 29 de maio de 1990, praticamente dois meses e meio após o plano Collor ser anunciado, o presidente do Banco Central — Dr. Ibrahim Eris — apresentava ao Conselho matéria Nacional, em longa exposição ornamentada de quadros, o Orçamento Monetário para o período compreendido entre junho de 1990 e março de 1991.

Em seu extenso voto o conselheiro e presidente do Banco Central faz menção à Lei nº 8.024 de 12-4-90 pilar do plano Collor — que dispôs sobre a necessária apresentação do orçamento monetário ao Ministro e em seguida ao Conselho. Infelizmente, em nossa

frágil democracia, as leis parecem perder vigor com o tempo, caindo, quando não interessa ao Executivo, em desuso. Digo isso porque de 29 de maio de 90 para cá não se tem notícias de reuniões do Conselho Monetário Nacional, dedicadas a avaliar a execução do Orçamento Monetário e muito menos de qualquer revisão. Sendo assim, continua valendo o Orçamento Monetário original.

País curioso. a Lei nº 4.595, de 31-12-64, em seu art. 4º, citada logo no início do voto de conselheiro-presidente, restringe em até 10% dos meios de pagamento existentes em 31 de dezembro do ano anterior a emissão de papel moeda por parte do Banco Central. Qualquer desvio deve ser autorizado pelo Conselho Monetário e imediatamente pelo Poder Legislativo. Esta lei definitivamente não pegou no Brasil. Para se ter uma idéia, os meios de pagamento em dezembro de 1989 alcançaram 106 bilhões de cruzeiros. Portanto, para cada dez bilhões deveria vir uma autorização legislativa específica. Naquele momento o Banco Central regularizou a emissão de papel moeda para um volume de 562 bilhões de cruzeiros (44 bilhões em dezembro de 1989). Em dezembro de 1990 o valor do papel moeda em circulação já passa-

va de um trilhão de cruzeiros, sem que se tenha notícia de autorizações legislativas correspondentes a cada dez bilhões de desvio. Poder parecer ficção, mas é a nossa realidade, "fantástica".

O Orçamento Monetário foi apresentado com metas trimestrais para o Papel Moeda em Circulação—PMC—, os Meios de Pagamento—M1 (papel moeda — depósitos à vista), e os Meios de Pagamento—M4—(M1 + depósitos à prazo, de poupança e títulos do Governo em poder do público).

Já em junho, trinta dias depois, M4 apresentava um significativo desvio de quase 9%, praticamente correspondente à correção monetária do mês. PMC e M1 mantiveram-se razoavelmente dentro do orçado até agosto. A partir daí os desvios serão crescentes apesar do esforço contracionista de outubro. Em setembro os desvios eram de 4% para PMC, de 21% para M1, e de 50% para M4. Os sinais já evidenciavam a demanda crescente de moeda indexada num gesto de desconfiança quanto às metas de estabilização. Em dezembro o desvio era de tal ordem que desautorizava totalmente o Orçamento Monetário.

O quadro abaixo registra as metas do Orçamento Monetário e a sua execução:

(Cr\$ bilhões)		PMC			M1			M4		
1990	mes	orc.	real	d%	orc.	real	d%	orc.	real	d%
	março	260			610			2188		
	junho	562	477	-15	1222	1168	-5	3760	4093	+9
	setembro	574	595	+4	1547	1515	-21	3989	5985	+50
	dezembro	667	1045	+57	1334	2526	+89	4181	8199	+120

Fonte: Banco Central

Seria até extravagante lembrar que as metas do Orçamento Monetário avançam até março de 1991, e com os mesmos valores orçados para dezembro de 1990, sendo que a projeção de M1 feita para junho de 1991 apenas superaria junho de 1990 em 15%. Mesmo ajustando aos novos fatos a ambição das metas, o certo é que foram superadas em proporções tão avassaladoras que colocam em questão a tão decantada austeridade da política monetária.

As conclusões que podem ser tiradas da execução do Orçamento Monetário são de ordem política e econômica. De ordem política impondo-se imediatamente a revisão do Orçamento Monetário e o estabelecimento de metas, pelo menos para um trimestre na frente, que possam ser acompanhadas pela sociedade. O desvio sobre o que dispõe a Lei nº 4.595, de 1964, deve ser urgentemente autorizado, assim como a autorização prévia de emissão de papel-moeda, em função do novo Orçamento. De ordem econômica a necessidade, maior do que nunca, de se ter uma política monetária rigorosamente austera, de Orçamento e de execução.

Éra o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência recebeu da Comissão Mista de Orçamento esclarecimentos sobre denúncias feitas pelos Deputados Gumerindo Milhomem, João Paulo e Irma Passoni, a respeito de irregularidades havidas no Projeto de Lei Orçamentária, cujas cópias serão encaminhadas aos interessados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 292, de 3 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo, e dá outras providências, tendo

— Parecer, proferido em plenário pelo Sr. Deputado Tidei de Lima, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1991.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia 25 do corren-

te, às 14 horas e 30 minutos, ficando sua votação adiada, por falta de **quorum**.

Na sessão realizada ontem, às 14 horas e 30 minutos, foi lido o requerimento nº 65, de 1991-CN, de preferência para votação da medida provisória sobre o projeto de lei de conversão, ficando sua votação adiada, por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento de preferência, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem, os debates sobre esta matéria acabaram transbordando, até para o plano emocional. Na verdade, ficamos todos absolutamente constrangidos até de entrar numa discussão dessa natureza, porque em nenhum momento os parlamentares que ocuparam esta tribuna pretenderam atingir o Presidente ou a Presidência da Casa. O que se discutia era uma matéria de processo. E realmente a decisão tomada ontem pela Mesa foi uma decisão que, acredito, se aqui estivesse sentado o Senador Nelson Carneiro, hoje S. Exª iria rever, como homem de bom senso, porque a decisão de S. Exª viabiliza o processo legislativo.

A votação de uma matéria, que se inicia numa sessão, se não se completa por alguma razão, na sessão seguinte não se recomeça o exame de todos os requerimentos que já foram examinados e vencidos, cuja discussão foi vencida em sessão anterior.

Então, penso que se hoje, essa interpretação pode favorecer o Governo, amanhã, interpretação semelhante pode não favorecer. Não interessa nem ao Governo nem à oposição uma interpretação que tire o processo legislativo do seu curso normal, do seu regimento, do entendimento que esta Casa teve, em outras oportunidades, em matéria semelhante.

Senão, imagine: V. Exª anuncia hoje a votação e novamente entram em votação requerimentos já votados na sessão de anteontem e que contém matéria já decidida.

Devo dizer a V. Exª que temos uma dificuldade: fizemos a Constituição, fizemos o Regimento da Câmara, fizemos o Regimento do Senado, mas não fizemos o novo Regimento Comum. Então, a rigor, temos que interpretar as normas internas conjugando-as. A verdade é esta, na maioria dos casos.

Sr. Presidente, não estou aqui querendo ganhar a discussão. Penso apenas que o processo legislativo — para não dizer que será inviabilizado, pois seria uma afirmação radical — estará altamente prejudicado, se não o entendermos como deve ser entendido.

Os requerimentos examinados em uma sessão, durante o processo de votação, mesmo que não se conclua esse processo de votação,

são matéria vencida, sob pena de ficarmos recomeçando, recomeçando, recomeçando, e não chegarmos a conclusão alguma.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Deputado Miro Teixeira, V. Exª não levantou uma questão de ordem. V. Exª reportou-se ao que ontem se havia decidido, até porque o nobre Deputado Roberto Freire recorreu da decisão e o Presidente acolheu e remeteu ...

O Sr. Miro Teixeira — Permite-me V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) ... à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, par que ...

O SR. MIRO TEIXEIRA — Não quero debater com a Mesa. Apenas estou pedindo a palavra pela ordem, para uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Roberto Freire é um direito que lhe assiste, Deputado que é, reconhecidamente, nesta Casa um dos mais competentes.

Não estou interpondo nenhum recurso, até porque o recurso não tem efeito suspensivo. Estou pedindo à Mesa uma reconsideração. Isto é possível.

Se a Mesa preferir, poderá até submeter essa decisão ao Plenário, e, assim, ampliaremos um pouco esta discussão.

Afirmo a V. Exª: não tenho dúvida, não vamos votar esta matéria. Não tenho dúvida. Mas esta é uma decisão política, democrática, legítima.

O que estou querendo discutir é o processo, a pureza do processo, para que amanhã, em outra questão, não estejamos sujeitos a interpretações diversas do Regimento, quando este melhor aprovar à Oposição ou ao Governo. Não é isso que busca a Liderança do Governo, não é isso que busca a Oposição. Penso que, enquanto seguirmos o Regimento, quando divergências houver, estaremos mantendo o plano civilizado que temos seguido aqui nas discussões, por maiores que sejam as divergências. Aí está a lei a mediar as nossas relações.

No momento em que a Lei Interna é atropelada, e logo às vésperas da próxima Sessão Legislativa da nova Legislatura, vamos viver momentos de muitas tensões nesta Casa. Penso que é um dever nosso procurar, não em torno da matéria, essa matéria está politicamente resolvida. Não somos ingênuos e o Governo também não está tapeando ninguém. O Governo vai ali, até o microfone e diz que, democraticamente, está obstruindo a matéria. Então, não teremos votação. Mas não é esta a questão. A questão diz respeito — repito — ao processo.

Estou pedindo a V. Exª, Sr. Presidente — e não quero deixar essa responsabilidade sobre os ombros de V. Exª, que teria até uma dificuldade, por estar substituindo hoje o Pre-

sidente da Casa —, é que, se V. Exª considera que esta matéria está submetida à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, e isso vai sobrestar qualquer discussão — não vou polemizar com V. Exª — que encareça à referida comissão urgência no exame desta matéria, porque não podemos começar a nova Legislatura com esta interpretação pendente. Correremos o risco de, com este precedente, afastar inteiramente este elo que permite a discussão civilizada de idéias opostas sem que se choquem os seus autores, deixando apenas que se choquem as idéias.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Apenas para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entendo que o Deputado Miro Teixeira está no melhor dos propósitos. S. Exª concorda que esta matéria que V. Exª está submetendo à votação é matéria vencida, já decidida ontem pelo Presidente do Congresso Nacional e que deveremos proceder à votação do requerimento de preferência.

Entendo que o nobre Congressista tem razão, nas suas preocupações regimentais, quando pede a V. Exª que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie sobre esta matéria, para as próximas decisões. É válido, é salutar, e penso que V. Exª deveria efetivamente tomar esta providência, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Com a palavra o nobre Congressista.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o requerimento que V. Exª vai submeter à apreciação do Plenário agora é o mesmo da sessão de ontem?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sim.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH — Então, levantarei uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ao contrário do que disse o Deputado Miro Teixeira, quero ganhar essa posição.

Veja V. Exª na sexta-feira, houve uma sessão do Congresso, chamado extraordinariamente a posicionar-se sobre a Medida Provisória nº 292. O Congresso começou a votar o projeto de lei de conversão, a votação não surtiu efeito, pela queda do **quorum**, e, conseqüentemente, houve a suspensão da sessão. Ontem, esperávamos que o projeto de lei de conversão começasse a ser votado, reini-

ciada a sua votação na sessão, para verificação do **quorum**. O Presidente Nelson Carneiro submeteu à apreciação do Plenário um requerimento buscando a inversão, a priori, para a medida provisória.

Então, a discussão e o contraste que estamos vivendo: de sexta-feira para ontem, mudou-se o procedimento; de ontem para hoje, muda-se novamente o procedimento. Ontem, devia-se começar pelo reinício da votação do projeto de lei de conversão; apreciou-se o requerimento; hoje, deveríamos começar a votar o projeto de lei de conversão, mas vamos ter que analisar o requerimento.

São dois pesos e duas medidas. Há um contra-senso. Na minha opinião, a seguir a orientação da Mesa ontem, com a qual não concordo, estaria prejudicado o requerimento com que V. Exª quer começar, neste instante, a Ordem do Dia desta sessão.

Então, há um contra-senso, e sobre esta questão a Mesa deve posicionar-se.

Esta, Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Exª

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, é um pedido à parte: que sejam acionadas as campanhas, avisando a Casa que vai haver votação.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exª, que observe um ponto que está ocorrendo ou vai ocorrer.

Por ocasião da posse dos parlamentares, no dia 1º, a galeria será aberta, livremente. Assim estamos sendo informados pelos órgãos competentes da Casa.

Há uma tradição de que se reservem convites para os familiares dos parlamentares. Eles sempre terão prioridade nos convites para a posse, pelo menos um ou dois convites para cada parlamentar.

Agora, dizem que vai ser aberta a galeria a partir de "X" hora. Ficamos numa situação difícil, para saber como vamos proceder com os nossos familiares que queiram vir participar das solenidades.

Então, peço à Mesa agilize e depois nos dê uma informação de como se vai resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Deputado Gerson Peres, realmente a Presidência que neste momento dirige os trabalhos foi apanhada de surpresa. Não estou sabendo dessa decisão. Consultarei o nobre Senador Nelson Carneiro, e, tão logo, pedirei que V. Exª seja informado a respeito do assunto.

O SR. GERSON PERES — Muito obrigado.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Exª é uma complementação da questão levantada pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, Companheiro de Bancada.

Se V. Exª coloca em votação o requerimento de preferência para se votar a medida provisória, V. Exª está considerando que, ontem, todas as votações nominais estão validadas para a sessão de hoje, e não foi esta a decisão do ilustre Senador Nelson Carneiro.

Ontem, deveríamos ter começado a votação do projeto de lei de conversão. Hoje, V. Exª vai votar o requerimento para inversão de pauta, porque a sessão de ontem parou nele. O requerimento aprovado ontem, e que deveremos votar em primeiro lugar, é o de que todas as votações são nominais. O requerimento de que todas as votações são nominais, para seguir o raciocínio da Mesa de ontem, não pode ter validade para a sessão de hoje. Discordo da decisão do Senador Nelson Carneiro. É um absurdo, mas estou discordando e estou querendo apoiar-me no absurdo para defender uma coerência do absurdo. Ontem, reiniciamos a sessão, votando a matéria e não o projeto de conversão, como deveria ser o caso. O nobre Presidente colocou em votação o requerimento de votação nominal. Este foi votado, segundo o Líder do Governo. Ora, ele foi votado para aquela sessão, pelo raciocínio do Senador Nelson Carneiro, e não para a sessão de hoje.

Sr. Presidente, veja bem a situação em que nos encontramos. Na sexta-feira estávamos também no meio da votação do projeto de conversão. Votamos e não houve **quorum**. O que aconteceu ontem, Sr. Presidente? Votamos um requerimento de preferência para votar a medida provisória, mas antes foi votado o requerimento para que a votação fosse nominal.

Então, V. Exª tem que decidir: o requerimento para que a votação seja nominal tem validade para a sessão de hoje? Pelo raciocínio do Senador Nelson Carneiro não tem validade.

Se V. Exª convalidar aquela votação nominal, estaremos criando duas jurisprudências contraditórias sobre o mesmo assunto, sobre a mesma matéria, num dia subsequente.

Esta é a perplexidade e a dúvida deste congressista, que faz um apelo a V. Exª, para saber qual é a norma, se a cada dia é uma diferente.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, informamos ao nobre Congressista José Genoíno que já apresentamos um novo requerimento, hoje, com o mesmo teor do de ontem. Então, não será votado o requerimento de ontem, será votado o requerimento de hoje.

Portanto, nada a decidir, porque o que queremos que seja colocado em votação é o requerimento que apresentamos à Mesa hoje, ainda que com o mesmo teor do de ontem.

O Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estava o Congressista Arnaldo Faria de Sá aqui no momento em que pedi um esclarecimento a V. Exª. Antes de formular a questão de ordem, eu pedi a V. Exª que me esclarecesse se o requerimento que V. Exª quer colocar em apreciação pelo Congresso Nacional era novo ou era o de ontem. V. Exª me disse que era o de ontem.

Foi a partir daí, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que formulei a questão de ordem.

Então, se V. Exª tivesse ouvido a resposta do Presidente, não poderia arguir o que arguiu lá, dizendo que é um novo requerimento.

O que o Presidente pretende colocar em votação é o requerimento de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, apenas para informar a V. Exª o requerimento foi aceito ontem pelo Senador Nelson Carneiro, que presidia a sessão.

Portanto, o requerimento foi acolhido. Foi lido, a Casa dele tomou conhecimento. Foi votado. Não houve **quorum**, está dependendo da votação.

Não é o Senador Iram Saraiva quem está recebendo agora um novo requerimento.

Então, é preliminar da matéria.

Assim é o entendimento, para esclarecer a V. Exª, que venho recebendo da Mesa, do colegiado. Portanto, eu pediria que o Plenário tivesse a compreensão, para que eu não mudasse uma orientação tomada em colegiado. Por isso é que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação já fora acionada para definir a forma de se interpretar esta questão, que é de alta indagação, até para que a Mesa tenha condições de continuar trabalhando.

Tem procedência a reclamação de V. Exª, mas a comissão terá que se pronunciar, porque o colegiado que dirige a Mesa decidiu que a decisão dada pelo Senador Nelson Carneiro é a correta. E trata-se de uma questão preliminar.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH — Se a decisão dada pelo Senador Nelson Carneiro é a correta, está prejudicado o requerimento de votação nominal, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, está prejudicado o requerimento de inversão...

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Foi isso o que disse, nobre deputado. Foi preliminar. Foi considerado preliminar. Como eu disse, não é requerimento de inversão, é um requerimento de preferência.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concederei a palavra a V. Ex^a

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH — Não há contradição, não há argumentação. Na sexta-feira se votou o projeto de lei de conversão; não houve **quorum**.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, está repetindo o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh a mesma questão de ordem do Deputado José Genoíno.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH — Na terça-feira, deveríamos reiniciar pelo projeto de conversão. Havia um requerimento, esse requerimento foi votado e não houve **quorum**. Portanto, não tem que ser reiniciada a apreciação dele hoje no Congresso, porque é uma decisão da Mesa. Nós advertimos o Senador Nelson Carneiro ontem, e V. Ex^a estava ao lado e inclusive eu verifiquei de V. Ex^a a aquiescência a uma série de argumentos que desta tribuna se estampavam sobre esse assunto. Então, não pode. Se V. Ex^a vai colocar esse requerimento seguindo a orientação da Mesa, V. Ex^a não pode colocar esse requerimento, porque a Mesa ontem não colocou a continuidade do reinício da votação do projeto de lei de conversão.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos diante de dois casos. Um é o requerimento de votação nominal. Esse requerimento foi submetido a votos, aprovado; não houve pedido de verificação de **quorum**. Liquidado, Sr. Presidente. O segundo caso, um requerimento de preferência, ou seja, de inversão de pauta. Esse requerimento foi colocado em votação; não houve **quorum**; foi suspenso e passado para a continuidade da sessão de hoje. São dois casos absolutamente distintos, Sr. Presidente.

Ainda mais, há uma diferença fundamental que o Deputado José Genoíno e o Deputado Greenhalgh não estão percebendo. É que, com referência a essa matéria, já houve uma decisão da Mesa.

Ontem, levantaram essa mesma questão de ordem ao Sr. Presidente do Congresso. Ele decidiu da forma que V. Ex^a está dando continuidade, de colocar em votação o requerimento de inversão da pauta, ou seja, o requerimento de preferência previsto no art. 311, n^o 3.

Logo, Sr. Presidente, não há o que se discutir. A questão de ordem já foi decidida ontem. São dois casos distintos. Um caso, foi requerida votação nominal para a matéria; colocando em votação, esse requerimento foi aprovado por unanimidade. Não há que se voltar a discutir se a matéria deve ser votada por votação nominal, se o Congresso já decidiu que essa matéria deve ser votada por votação nominal.

Se há incoerência ou não na decisão, como disse com muito mais lucidez o Deputado Miro Teixeira, que reconheceu que há uma decisão da Mesa, e contra ela não se quer insurgir, não se quer discutir nem perder tempo. O que se quer da Presidência é que se mande ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, independente da decisão de hoje, para que V. Ex^a tenha, a partir daí, uma decisão normal e uniforme para essa matéria.

Com referência a essa matéria, há que se dizer que não há semelhança entre o requerimento já aprovado e o requerimento em votação, e não há o que se dizer sobre uma matéria que já foi decidida, numa questão de ordem, pelo Presidente do Congresso Nacional.

O Sr. José Genoíno — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se é correto o raciocínio do ilustre Congressista Humberto Souto, Líder do Governo, ontem, de não colocar em votação o requerimento de votação nominal, porque ele ontem foi aprovado, quero que seja informado à Casa que, sexta-feira, aprovamos o requerimento de votação nominal, por unanimidade. Sr. Presidente, sexta-feira, e a assessoria pode se informar através das cópias taquigráficas, aprovamos o requerimento de votação nominal. E, ontem, o Senador Nelson Carneiro colocou em votação novamente o requerimento de votação nominal, que já tinha sido aprovado. E este Deputado, juntamente com o Líder do PSDB, Euclides Scalco, questionou. E a Mesa disse o seguinte: Eu estou iniciando a matéria, e S. Ex^a usou a seguinte denominação: Estou reiniciando. Se eu estou reiniciando, estou partindo do zero, portanto, vou votar a Medida Provisória n^o 292. Como tem preferência automática, o projeto de conversão, aceito todos os requerimentos, e aí votamos de novo.

Para seguir a coerência, a Mesa não pode pôr em votação esse requerimento. Se não colocar em votação o requerimento de votação nominal, e ele não foi apresentado à Mesa até o momento de anunciar a votação, ele não pode ser mais apresentado, porque ele está prejudicado.

Este é o requerimento que formulei a V. Ex^a, o requerimento de votação nominal, se não foi apresentado à Mesa — e a Mesa anunciou a matéria e não colocou em votação, e já estamos votando a preferência, o requeri-

mento de votação nominal não existe, está prejudicado por decisão soberana da Mesa na sessão de ontem. Esta é a questão, Sr. Presidente. Porque o requerimento foi aprovado sexta-feira e ontem foi reprovado de novo. Se não valeu o de sexta-feira, hoje não pode valer o de ontem. Portanto, reconheço que a Mesa dá margem para votar o requerimento de preferência, que é um absurdo. Mas, como paramos ontem no requerimento de preferência, devemos fazê-lo. Tudo bem, ganha o requerimento de votar a medida provisória. Vamos votar. Mas não está aprovado que a votação é nominal. Portanto, o requerimento de votação nominal está prejudicado; não existe, porque iniciamos uma nova votação, ele não foi apresentado à Mesa, e ele não existe para efeito de votação. É este o requerimento que formulei a V. Ex^a

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, o Deputado José Genoíno continua não entendendo. A votação nominal já foi votada e decidida.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece ao nobre Deputado José Genoíno.

A Mesa está informando que, de acordo como art. 293, inciso IX, confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que está reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário. Esta foi a decisão tomada ontem.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem, as decisões foram tomadas em cima de questões de ordens que fiz e das quais participei. E contra cujas decisões não me conformei, embora reconheça, pelo Regimento da Casa, que elas são irrecorríveis. Veja V. Ex^a — e V. Ex^a estava junto e tinha tomado decisões importantes na linha de coerência —, o Sr. Presidente em exercício ontem, o Presidente maior, Senador Nelson Carneiro, decidiu completamente diferente da praxe, completamente diferente da tradição parlamentar, e resolveu, inclusive invocando a Ordem do Dia, que quando está em votação por falta de **quorum** na sessão anterior, começa tudo de novo. Entendeu "reiniciar" de uma forma que nem o léxico entende; entendeu o "reiniciar" não por "iniciar novamente", mas entendeu "reiniciar" por "começar de novo" e essa expressão "começar de novo" o Presidente usou.

Agora, então, Sr. Presidente, estamos começando de novo, a não ser que o que ontem a Mesa decidiu, hoje não valha nada. E tem que haver um mínimo de coerência. Então, se estamos começando de novo, para haver votação nominal com requerimento prévio, é preciso haver requerimento aí na Mesa. Do contrário, a votação não é nominal; do contrário, cada sessão não gera coerência

nem para a sessão seguinte. De modo que é esta a questão que coloco para V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Congressista Carlos Sant'Anna, eu apenas pediria permissão a V. Exª e ao Plenário, uma vez que está ao meu lado o Presidente titular, que tomou a decisão, para passar a palavra a S. Exª, já que não seria elegante de minha parte decidir sobre a questão que S. Exª vem decidindo. Pediria, então, permissão ao Plenário para que o nobre Senador Nelson Carneiro assumisse a Presidência, para que a questão fosse solucionada.

A Presidência será assumida pelo nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Aldo Arantes (PC do B — GO) — Mineiramente, o goiano resolveu o problema.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Absolutamente. O Senador Nelson Carneiro está a postos.

O Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência não pôde estar aqui no momento, porque, como é notório, havia uma reunião da bancada do meu partido, para indicação dos candidatos à Mesa do Senado, razão por que solicita ao nobre autor do requerimento, Congressista Luiz Eduardo Greenhalgh, o renove, para que a Mesa possa dele tomar conhecimento.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Nelson Carneiro, aberta a sessão do Congresso, o Presidente, Senador Iram Saraiva, levando em consideração a inexistência de **quorum** para a deliberação do requerimento de inversão de preferência, pretendeu submetê-lo novamente ao Plenário da Casa. Nessa conduta, presume-se que o termo reiniciar é reiniciar de onde parou, reiniciar de onde foi sobrestado por falta de **quorum**. Essa conduta é diametralmente oposta àquela que V. Exª tomou na tarde de ontem, porque, ao invés de reiniciar o que estava sobrestado na sessão de sexta-feira, por falta de **quorum**, que era o exame do projeto de lei de conversão, V. Exª submeteu ao Plenário o requerimento de preferência, dizendo que começava tudo de novo.

Se a conduta é aquela que V. Exª estampou ontem, não se pode começar pelo requerimento que não deu **quorum** porque, ontem, não começamos a sessão pela continuidade da votação do projeto de lei de conversão, que também não tinha dado **quorum** na sexta-feira.

Segundo, teria que começar pelo requerimento de votação nominal da matéria mas, sobre a mesa, não há renovado requerimento de votação nominal sobre a matéria. E mais, esse requerimento de preferência é o de ontem, não é um novo. Portanto, está prejudicado.

Então, a questão de ordem que os Deputados José Genoíno, Carlos Sant'Anna e eu levantamos é nesta trilha: o requerimento de ontem está prejudicado, como estava prejudicado a votação do projeto de lei de conversão, na sexta-feira, por falta de **quorum**. Assim, não podemos começar por ele, como pretendia o Senador Iram Saraiva.

Terceiro, tampouco devemos dar de barato que a votação vai ser nominal porque, sobre a mesa, não há um novo requerimento para votação nominal.

Sinteticamente, Senador Nelson Carneiro, são estas as arguições de ordem que fizemos.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero contraditar a questão de ordem do nobre Congressista Luiz Eduardo Greenhalgh do PT, para informar a V. Exª que apresentamos, no início da sessão de hoje, um requerimento nos mesmos termos do requerimento de ontem, portanto, um novo requerimento, se entenderem que aquele requerimento de ontem está vencido, um outro requerimento está sobre a mesa ao início da sessão hoje. E, em relação à questão da votação nominal, V. Exª já discutiu ontem e já admitiu que a matéria, no mérito, tem a aprovação de um requerimento anterior, porque a Medida Provisória nº 292 deve ter votação nominal. Portanto, um novo requerimento sobre a mesa torna despicendo a questão de ordem do nobre Congressista Luiz Eduardo Greenhalgh.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou responder à questão de ordem.

Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO — PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª está dando uma informação errada. O requerimento de votação nominal, segundo V. Exª, disse, que não pode ser colocado em votação, porque foi aprovado sexta-feira, foi aprovado o requerimento de votação nominal e, hoje, V. Exª fez a votação, e se o requerimento não foi apresentado, ele não pode ser colocado em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai responder.

O nobre Congressista Luiz Eduardo Greenhalgh tem razão quando sustenta a tese: a minha decisão de hoje é igual à de ontem. Todos os requerimentos apresentados como antecedentes da votação não têm nenhuma prevalência, porque deveriam ter sido renovados hoje, mas eu estou sabendo e ao chegar aqui encontro dois requerimentos na mesa, datados de hoje.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presi-

dente, solicitamos informações ao Presidente Iram Saraiva se existia requerimento sobre a mesa para a votação nominal.

S. Exª não colocou em votação o requerimento nominal, porque não existia, e colocou o requerimento de preferência de votação. E S. Exª anunciou a votação da preferência, Sr. Presidente.

O requerimento de ontem não tem validade, não pode ser agora renovado. Já encerramos a discussão. Vamos votar a preferência, apenas, o que é um absurdo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou responder a V. Exª, consultando, porque, como V. Exª viu, cheguei neste momento e aqui os requerimentos já existiam, como me informa a Mesa. A assessoria informa que desde o princípio da sessão havia na mesa esses dois requerimentos.

O Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh — Sr. Presidente, ao seu lado está o Senador Iram Saraiva. Tive o cuidado de, antes de formular a questão de ordem, perguntar se o requerimento era um novo requerimento ou se era o de ontem; S. Exª me respondeu que era o de ontem.

Então, peço a V. Exª que indague a S. Exª, que estava na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É isto o que vou fazer.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — (PST — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a manifestação do Presidente Iram Saraiva não pode ser algo que transita em julgado. V. Exª fez uma manifestação que agora é retificada por V. Exª, depois de se informar com a assessoria. Às 14 horas esse requerimento foi entregue. De maneira que é perfeitamente normal o equívoco do Presidente Iram Saraiva, que não pode ter tido, na sua manifestação, uma decisão que transita em julgado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Só que, Sr. Presidente, só apresentamos os requerimentos até o encerramento da discussão. Amanhã, vamos apresentá-los de novo. Assim não vai terminar isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Presidente que chegou agora acaba de ouvir o nobre Senador Iram Saraiva e os assessores da Mesa. Os assessores da Mesa informam que desde às 14 horas esses dois requerimentos tinham sido entregues. Mas o nobre Senador Iram Saraiva, na Presidência, não declarou a existência desses requerimentos, porque entendia, de acordo com a assessoria, e ao contrário do meu entendimento, que tendo sido aprovado na sessão de ontem, não seria necessário a renovação na sessão de hoje quanto a entrega dos requerimentos. E a sessão é pública, V. Exª vêem que eu não recebi nenhum requerimento, estavam

dentro dos autos já aqui. E os dois requerimentos aqui estão.

O Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh— Estranho. Senador Nelson Carneiro. Quero apenas sublinhar aqui uma frase. Quando eu solicitei a informação, o Presidente Iram Saraiva consultou a mesma assessoria que V. Exª e respondeu a mim e ao Pelnário. Somos todos testemunhas de que não havia sobre a mesa nenhum requerimento e que se tratava do requerimento do dia anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — é exatamente a informação que me está dando o nobre Senador Iram Saraiva. S. Exª não declarou que havia, porque não estavam aqui separados. Mas esses dois requerimentos estavam, quando eu cheguei aqui, dentro dos autos, dentro do processo. Estavam dentro do processo, porque não era possível, num passe de mágica, eu chegar aqui e encontrar os dois requerimentos. A assessoria me informa, e tenho que confiar em alguém, que esses requerimentos foram entregues às 14 horas e não foram postos em debate, porque acreditava a assessoria, e a meu ver acreditava erradamente, que, tendo sido aprovados ontem, não precisavam ser votados hoje.

Estes é que são os fatos verdadeiros.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Claro, Sr. Presidente. Acho difícil ficar a esse nível de batiboca, se recebeu ou não. Apenas quero lembrar que não só a assessoria, como também V. Exª, começasse a tomar consciência já, hoje, do equívoco da decisão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim.

O SR. ROBERTO FREIRE— Sr. Presidente, estou apenas lembrando, porque é importante, e isto aqui não é uma briga Governo-Oposição — são as normas regimentais — para que a Casa faça a sua sessão, que defina as suas posições da melhor forma possível, com uma economia processual e com legitimidade, porque esta discussão que estamos tendo hoje é fruto de uma decisão equivocada de ontem. Se ontem tivéssemos adotado aquela posição do encerramento da discussão, início da votação e, aí, a apresentação dos requerimentos, dos destaques para votação de emenda, para votação em separado, tudo que é preliminar, teríamos recommçado onde terminamos, que era a votação do projeto de lei de conversão, e não caberia mais, hoje, nenhum incidente processual nem preliminar, nem pedido de preferência, nem de inversão, nem de votação nominal, porque isso já estava tudo resolvido.

Como V. Exª, ontem, abriu o precedente, hoje poderíamos não estar só discutindo isso, poderíamos estar discutindo outros requerimentos e seria um nunca acabar. Toda a votação, quando não há **quorum**, reabre-se e é isso que estamos sofrendo hoje aqui, e aí não cabe discutir, porque não vou duvidar — até porque não é do meu feito — que tenha sido recebido agora ou antes. Nós ti-

nhamos pedido uma informação, veio uma informação, aí sim, equivocada, e V. Exª vai ter que manter a decisão de ontem — só que fique bem claro — profundamente equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A decisão de ontem já está submetida ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A Mesa está certa de que não criou nenhum precedente, manteve a sua orientação de todo o período em que presidiu, não criou precedente algum. É fácil verificar nos Anais que é a mesma orientação que foi seguida desde o primeiro momento. Mas houve um equívoco da Mesa que não entregou, ao nobre Senador Iram Saraiva esses requerimentos que já existiam. Não é possível que, num passe de mágica, eles tenham sido batidos agora e entregues aqui diante de todos nós. Estavam na Casa e por isso é que a Mesa vai pô-los a voto. Senão teria mantido a decisão anterior de, não existindo requerimento, entrar imediatamente na matéria. Mas, se existem os requerimentos, é do meu dever pô-los a votos.

O Sr. Carlos Sant'Anna—Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pois não.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não é uma questão de ordem, é pela boa ordem futura dos trabalhos do Congresso.

Acredito que mais tarde, em nesta sessão, em outra sessão, talvez da outra Legislatura, essa decisão de V. Exª tem que ser revista, porque, do contrário, a cada dia, viveremos o impasse que estamos vivendo agora. O processo parlamentar, quando se interrompe, ele continua do ponto interrompido, não pode voltar atrás. Estou apenas lembrando a confusão que está tendo agora. Os requerimentos de ontem não valem mais, hoje são novos requerimentos. Não podemos introduzir no processo parlamentar uma balbúrdia dessa natureza, porque, por absurdo. Sr. Presidente, poder-se-ia arguir que, começando tudo de novo, voltar-se-ia à discussão, e já começamos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A discussão já está encerrada e não é possível reabri-la.

O SR. CARLOS SANT'ANNA—Veja V. Exª, se não pode voltar à discussão, então, é porque já se iniciou a votação. Se já se iniciou a votação, não cabe requerimento nenhum, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Isso é óbvio.

O SR. CARLOS SANT'ANNA— Então, das duas uma: ou se revê essa decisão no futuro — e, lamentavelmente, não cabe pedido de revisão das decisões de Presidência do Congresso, só em matéria constitucional, como está no Regimento Comum...

Isso é lamentável, porque, do contrário, se isso gerar, digamos, uma norma jurisprudencial, vamos estabelecer uma confusão, no Congresso Nacional, da qual ninguém escapará.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa atende a V. Exª

A matéria não é constitucional, mas a Mesa submete, de plano, **ex officio**, ao conhecimento da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o apelo de V. Exª.

V. Exª não podia recorrer. Mas a Mesa, de plano, convoca a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para dirimir de agora por diante essa dúvida, porque essa prática de ontem, a decisão de ontem, tem sido a decisão que a Mesa tem tomado em outras oportunidades. Mas a Comissão de Constituição e de Justiça e de Redação da Câmara dirá, de agora por diante, qual é o caminho a seguir.

O Sr. José Genoíno— Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão de orador.) — Sr. Presidente, sexta-feira e ontem votamos alguma coisa sobre a Medida Provisória nº 292? Iniciamos a votação, embora não tenha havido **quorum**.

Se ontem já o fizemos, embora não tenha havido **quorum**, V. Exª, pelo Regimento Interno, não pode receber requerimentos sobre uma questão com esse andamento. Anteontem, iniciou-se a votação, ontem, repetiu-se e, hoje, vamos partir do zero?

Sr. Presidente Nelson Carneiro, V. Exª está dando uma excelente jurisprudência para que a Casa não vote nada. Não sou especialista em obstrução, mas, para quem quer obstruir essa votação, se em cada sessão se parte do zero e não de onde se reinicia o processo de votação, estamos consagrando que fique claro para a sociedade e para o Plenário que a Mesa do Congresso Nacional está, constitucionalmente, criando a jurisprudência da obstrução, porque se cada sessão é autônoma, podemos começar do zero.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A obstrução, nobre Congressista, pode ser feita a qualquer momento. Se não houvesse os requerimentos, se fosse para ser realizada a obstrução, poderia sê-lo do próprio projeto. Não haveria número da mesma forma e ter-se-ia que repetir na sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 66, DE 1991-CN

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais requeiro seja adotado o processo de votação nominal na Me-

dida Provisória nº 292/91, incluídas todas as proposições a ela pertinentes.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1991.
— **Etevaldo Nogueira.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Veja V. Exª que o requerimento não é o mesmo de ontem, é mais amplo. De modo que a Mesa vai pôr a votos este requerimento.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

O Sr. José Genoíno — Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O nobre Congressista José Genoíno pede verificação, com o apoio de outros Congressistas. Há número bastante.

Peço aos Srs. Deputados ocupem os seus lugares. (Pausa.)

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, em nome do Bloco PFL — PRN, solicitamos à nossa Bancada permaneça em obstrução. Já fizemos o registro da presença no dia de hoje, e solicitamos a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai mandar apagar os registros.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, gostaria constasse que estamos pedindo verificação, nos termos do § 3º do art. 45 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa atenderá à solicitação de V. Exª

O Sr. Ricardo Fiúza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra, V. Exª

O SR. RICARDO FIÚZA (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o requerimento foi feito em termos de todas as votações serem nominais. Portanto, despiendo o pedido de verificação, porque a Mesa já havia entendido que as votações são nominais, todas, na medida em que não se pode utilizar manobra, de forma que algumas sejam nominais e outras não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quero esclarecer a V. Exª. Otem, havia sido aprovada a votação nominal. Agora não foi aprovada. O que se está pedindo agora é a votação nominal, que ontem já havia sido previamente aprovada.

De modo que se está pedindo a verificação daquele requerimento que aprova a votação nominal. A votação nominal não foi aprovada, porque é diferente. Se a votação nominal tivesse sido aprovada, ela prevaleceria.

De modo que V. Exª, nobre Congressista Ricardo Fiúza, não tem razão. O PT e o PC do B pedem a verificação na forma do Regimento é, aprovado que seja, só dentro de uma hora será possível outra verificação

O Sr. Roberto Freire — Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai cancelar primeiro as indicações

Peço aos Srs. Deputados ocupem os seus lugares, porque está sendo cancelado.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é importante este esclarecimento. As Oposições pretendem articular uma forma para se votar essa matéria por Liderança, pedindo verificação neste requerimento. Se o requerimento não for aprovado, consequentemente teremos uma hora de votação sem votação nominal.

Sendo assim, Sr. Presidente, dada a gravidade do problema, dado que ainda não foi possível se fazer um acordo sobre a matéria, dado que a existência de **quorum** para este requerimento implicará na rejeição da medida provisória da política salarial, o que poderá implicar na dificuldade da reedição de outra medida de política salarial, implicando que os tribunais não terão parâmetros para decidir os dissídios coletivos, podendo vir a decidir pelo IPC de ponta a ponta, e, ainda mais, que as medidas provisórias precisarão ser regulamentadas, peço aos Companheiros, a fim de que possamos dar continuidade aos entendimentos, ensejando a reedição da medida provisória da política salarial, garantindo-se aos tribunais parâmetros para as decisões nos dissídios coletivos, peço aos Congressistas não dêem **quorum** nesta matéria, nesta votação.

Consequentemente, declarando em obstrução, peço aos Companheiros: não podemos dar número nesta votação, agora. Por esta razão, devemos sair do plenário.

Este é o pedido da Liderança do Governo, que está preocupado com o que pode acontecer com os dissídios coletivos, se não tivermos uma política salarial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O nobre Deputado acaba de informar que o seu partido e os partidos coligados estão em obstrução.

O Sr. Roberto Freire — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que esta é um Casa política. Obstrução, não adianta

se discutir, é sempre uma prática adotada por minorias. Nós estamos assistindo um Governo reconhecer pela Liderança do Governo por diversas vezes, que é minoria nesta Casa. Nós estamos já acostumados. Final melancólico para este Governo que é tão novo em termos de mandato.

Não é isto que me preocupa, e sim que o Governo queira, através de sua Liderança, que as votações sejam nominais, o que é algo preliminar. Obstrução se faz sempre no mérito, quando se pode dizer para a opinião pública que nós aqui estamos contra determinada matéria, onde se pode entrar no debate de idéias. Obstruir o próprio requerimento de procedimento, algo formal, que é um tipo de votação, evidentemente é o supra-sumo de uma abdicação do exercício parlamentar, para o qual fomos convocados pelo Governo, pelo Governo que eles representam. Realmente, nós estamos aqui assistindo uma convocação extraordinária terminar de forma lamentável, por culpa única e exclusiva, que fique claro para a opinião pública, do Governo e dos seus Líderes aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados ocupem os seus lugares.

Já há o pedido de verificação.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de fazer um pequeno comentário.

O Líder do Governo, que apresentou esse requerimento, estranhamente, alegando a importância da matéria, solicita aos integrantes da bancada governista não dê **quorum**.

É importante deixar claro à opinião pública que essas tentativas de obstrução das preliminares têm por objetivo não se entrar no mérito da questão da Política Salarial, quer dizer, o Governo quer "levar com a barriga" a reeditar a medida provisória da Política Salarial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Anais registrarão a interpretação de V. Exª

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que se encontram nas bancadas tomem os seus lugares.

O Sr. Ricardo Fiúza — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dentro do princípio natural e tradicional da obstrução, quando convém, solicito aos Companheiros do Bloco PFL/PRN não votem, obstruindo esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados ocupem os seus lugares.

O Sr. Genebaldo Correia — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB, embora discorde da decisão da Mesa ao colocar esse requerimento em votação, porque entende que é extemporâneo, uma vez que apresentado quando já se encerrara a discussão da matéria, mas, para manter a sua posição coerente com a votação de sexta-feira, o PMDB vota “sim”.

O PMDB respeita a decisão da Mesa, mas tem a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados queiram registrar os seus códigos de votação.

O Sr. Miro Teixeira — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, divergindo das Lideranças do Governo, consideramos a proposta do Governo relevante e urgente. Neste princípio da urgência, queremos votá-la, e votamos “sim”, lamentando que os líderes estejam obstruindo a iniciativa do Presidente Fernando Collor de Mello.

O Sr. Roberto Freire — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vamos votar “sim”, embora tenhamos pedido verificação. Aparentemente poderia parecer que estamos contra, não. Queremos que fique registrado o voto de cada um a favor da votação nominal, pela importância da matéria.

O Sr. Aldo Arantes — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, votamos “sim”. Esta votação tem o sentido de forçar o Governo a votar “não”, pela obstrução que está fazendo.

O Sr. Euclides Scalco — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PSDB — PR. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB recomenda à sua bancada o voto “sim”, para manter a coerência.

O Sr. Gumercindo Milhomem — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota “sim” e solicita a V. Exª faça considerar esta votação como presença de hoje, uma vez que a obstrução está sendo feita não pela matéria, mas sobre procedimento. Por isso, faço este requerimento à Mesa, para que considere a presença dada por esta votação.

O SR. presidente (Nelson Carneiro) — infelizmente o Regimento não faz essa distinção

O Sr. José da Conceição — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ DA CONCEIÇÃO (PRS — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PRS vota “sim”.

O Sr. José Carlos Sabóia — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro, junto com todos os partidos que exigem definição de uma política salarial vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em homenagem aos que estão nas bancadas, peço que acionem simultaneamente o botão preto no painel e as chaves sob a bancada.

(Procede-se à votação)

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

A Mesa informa aos Srs. Senadores que haverá sessão do Senado às 18 horas e 30 minutos.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, não havendo quorum, desejo saber a hora da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se não houver quorum, a sessão será encerrada e outra será convocada para amanhã às 14 horas e 30 minutos.

O SR. PAULO DELGADO — Agradeço a V. Exª.

O Sr. Albano Franco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra V. Exª.

O SR. ALBANO FRANCO (PRN — SE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, desejo registrar a minha presença, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª será atendido.

O SR. ALBANO FRANCO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados que não votaram que o façam.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra V. Exª

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na hipótese de não ser alcançado o quorum, V. Exª comunicou que declarará a sessão encerrada e convocará nova sessão para amanhã. Gostaria de sugerir a V. Exª que, na hipótese de convocação de sessão para amanhã, ao invés de se processar no período da tarde, que ela se realize no período da manhã. É uma sugestão que deixo à consideração da Presidência

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Acho que não haverá inconveniente em atender à sugestão de V. Exª. Não havendo quorum, a Mesa convocará a sessão de amanhã para as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados que votem, porque a Mesa vai encerrar a votação.

Se houver algum deputado que não votou, por favor, que o faça.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pelo Regimento, o direito de obstrução é regimental, mas os deputados que fazem obstrução terão que sair do plenário, porque, ao ficarem, serão contados para efeito de quorum. Ou eles saem do plenário, ou, estando dentro do plenário e não acionando o nome no painel — já houve isso — a presença no plenário é contada para efeito de quorum. Há a abstenção, o “não” e o “sim”. Há muitos Parlamentares no plenário que não votaram. Peço que V. Exª compute esses votos, para efeito de quorum.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicitou o nobre Deputado Robson Marinho a V. Exª convocasse a sessão para a parte da manhã.

Lamento informar a V. Exª que o PMDB tem uma reunião da sua Bancada convocada para a parte da manhã, justamente para escolher os seus representantes à eleição da Mesa. O PT também. Felizmente, S. Exª está retirando a sua sugestão.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, longe de mim querer criar dificuldade ou tumulto dentro da Bancada do PMDB. Retiro minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O nobre Deputado Robson Marinho gentilmente retira a sua sugestão. A sessão será mesmo às 14 horas e 30 minutos de amanhã, já que pela manhã o PMDB realiza a sua reunião para a escolha dos seus candidatos à Mesa da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Peço aos Srs. Deputados que não votaram que o façam.

Há algum Deputado que não votou e queira fazê-lo?

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, um pouco de paciência e um pouco da campanha. Vamos encerrar a convocação extraordinária votando esta matéria. O Congresso foi convocado para votar a política salarial. É uma vergonha não votarmos o mérito. O Governo devia ser maioria no mérito.

Vamos votar o projeto de lei de conversão, vamos votar a medida provisória. É o apelo que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode obrigar nenhum Deputado a votar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (Mas V. Exª pode chamar os deputados, pode convocá-los.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa está chamando, está fazendo um apelo: os Srs. Deputados que ainda não votaram queiram fazê-lo.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria levantar uma questão de ordem perante V. Exª, para que possamos saber como agir no futuro. Veja V. Exª: essa medida foi editada no dia 4 de janeiro. Portanto, 30 dias de prazo; a medida tem vigência até 3 de fevereiro. Há uma convocação extraordinária, feita até 31 de janeiro.

Por outro lado, há um dispositivo constitucional que diz, que, quando é ditada uma

medida provisória, se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado no prazo de até 5 dias.

O pressuposto é que isso cubra todo o período de validade da medida provisória, para que possa ser votada. No entanto, estamos numa convocação que termina no dia 31 do corrente. E a medida provisória completa 30 dias no dia 3 de fevereiro.

A minha questão de ordem é muito mais uma informação: como se ocupará esse intervalo de tempo. Ou seja, amanhã, a convocação se esgotará. Supondo-se que não se tenha votado ainda, estaremos na seguinte situação: a Constituição determina que o Congresso, ainda que em recesso, tem que ser convocado quando está em vigência ou quando é editada medida provisória. Por outro lado, estaríamos cumprindo três dias em que o Congresso não funciona.

Pergunto a V. Exª como ficará este período. Como proveremos a hipótese de a medida estar em vigor e o Congresso não estar convocado para votá-la?

Sempre pensei que chegaríamos ao final do dia 31 tendo votado a medida. Já agora me parece que há quem esteja se baseando em uma regra errada, ou seja, aquela de que, em nova Legislação, possa reapresentar uma medida provisória tal qual se fez antes, quando a medida provisória é algo bem diferente do projeto de lei; portanto, com a intenção de fazer com que não se vote. Vamos ficar em uma triste situação.

Primeiro, é o fato de que fomos convocados para votar medida provisória; dentre cinco, a fundamental era esta e não vamos votá-la.

Em segundo lugar, é o fato de que há uma medida provisória com prazo de três dias ainda em vigência e não estamos convocados para votá-la.

Pergunto a V. Exª qual será o procedimento da Mesa em face desse fato. A convocação se esgota, até onde pode notá-la, no dia 31 de janeiro. Todos sabemos que era perfeitamente possível votar até o dia 31. Na semana passada, já me pareceu, quando não votamos na sexta-feira — e eu disse isto desta tribuna — que íamos chegar até sexta-feira e não íamos votar. Vai acontecer isso. Não é culpa de V. Exª, evidentemente, pois V. Exª esteve aqui presidindo as sessões.

Só pergunto como é que ficamos diante desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A convocação teve data de início e data de término, foi o dia 31. No dia 31 encerra-se o período para o qual o Congresso foi convocado extraordinariamente. No dia 1º instala-se uma nova legislatura. Evidentemente, a apreciação dessa matéria poderia prosseguir em exame se até o dia 3º o Congresso se reunisse normalmente, mas, como sabe V. Exª, a sessão legislativa instala-se oficialmente no dia 15. Há, portanto, um período de sessões preparatórias e nas sessões preparatórias não há deliberações.

De modo que, para que essa matéria seja objeto de exame, é preciso que seja votada amanhã ou então quando se esgotar o prazo, se o Presidente a renovar, porque nem a nova Mesa poderá convocar sessão, porque a Constituição diz que publicada a emenda, a Mesa convoca por 5 dias e dentro de 5 dias; mas, se no prazo não é votada, a Mesa não tem poderes para dilatar esse prazo. Infelizmente, a situação é essa.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, pediria a V. Exª encerrasse a votação.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª disse que, por força do fato de que haverá duas sessões preparatórias, com eleição da Mesa, não há como ser feita essa convocação. Foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode deliberar no período de sessões preparatórias.

O Sr. Mário Covas — As sessões preparatórias se esgotam amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Amanhã não. As sessões preparatórias, diz a Constituição, começam a partir de 1º de fevereiro.

O Sr. Mário Covas — Não há inconveniente algum que V. Exª marque as duas sessões amanhã, uma às 10 horas, para a posse, e outra à tarde, para eleição da Mesa.

Penso que convocação não é feita por Legislação. Convoca-se o Congresso, não determinada Legislação. Quem é convocado é a figura do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Informo a V. Exª que já no dia 1º, possivelmente nos primeiros momentos do dia 2, haverá outra Mesa, que poderá dar um entendimento diferente a V. Exª.

Entendo que não temos, no curso da sessão preparatória, como deliberar.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, pediria a V. Exª encerrasse a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não há mais deputados para votar. A Mesa vai encerrar a votação. (Pausa.)

Não houve número. Não vou colher os resultados. Como aprendi com o nobre Constituinte Gastone Righi, quando não há número

não se desvendam os votos. Isto é tradicional nesta Casa. De modo que, embora seja um requerimento, a Mesa não desvenda os votos. (Pausa.)

A Presidência lembra aos Srs. Senadores que haverá sessão do Senado às 18 horas e

30 minutos, pois há matéria a ser decidida e votada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando

outra do Congresso para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com a mesma Ordem do Dia. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS